

ENTREGUE NO
I.S.S.S DE

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2015

DENOMINAÇÃO: Fundação de Aurélio Amaro Diniz

MORADA: Rua António Mendes Monteiro - Quinta da
Comenda

RESERVADO AOS SERVIÇOS

Dist. Conc. IPSS
COD.

N. ANDAR : LOCALIDADE: Oliveira do Hospital

FREGUESIA: Oliveira do Hospital

CONCELHO: Oliveira do Hospital

COD. POSTAL: 3400-083

ESPAÇO RESERVADO AO CENTRO REGIONAL DE _____

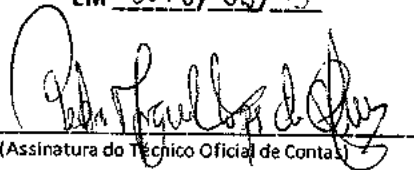
PARECER:

EM ____/____/____

DESPACHO:

EM ____/____/____

EM 2016, 02, 13


(Assinatura do Técnico Oficial de Contas)

202724506

13364

(Aposição da Vinheta do TOC)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

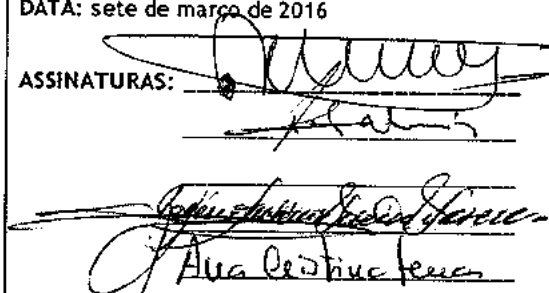
LOCAL: Oliveira do Hospital

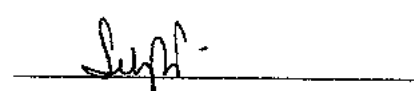
Vinte e Um de março de 2016

DATA: sete de março de 2016

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE





ÍNDICE

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES.....	6
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2015	8
1 – A instituição no meio envolvente.....	8
2 – Aspetos de governação.....	9
3 – Atividade.....	10
❖ Apoio à 3ª Idade	10
❖ Apoio à Infância	11
❖ Atividade Hospitalar – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica.....	11
❖ Atividade Hospitalar – Consultas.....	15
❖ Atividade Hospitalar – Intervenções Cirúrgicas.....	16
❖ Atividade Hospitalar – Unidade Móvel de Saúde (UMS).....	16
4 – Investimentos	18
❖ Adaptação de ERPI e licenciamento da resposta social de Centro de Dia.	18
❖ Licenciamento das valências de apoio à infância	18
❖ Serviços de Alimentação e Dietética	19
❖ Ampliação do Hospital.....	19
❖ Aquisição de Diverso Equipamento na Atividade Hospitalar	20
4 – Gastos de Produção	20
6 - Articulação com o Serviço Nacional de Saúde	23
7 - Centro Comunitário da Lageosa	25
8 - A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital.....	26
9 - Alienação de património	26
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	29
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	30
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	31
1 Identificação da Entidade	32
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	32

3	Principais Políticas Contabilísticas	32
3.1	Bases de Apresentação.....	32
3.1.1	Continuidade.....	32
3.1.2	Regime do Acréscimo (periodização económica):.....	33
3.1.3	Consistência de Apresentação.....	33
3.1.4	Materialidade e Agregação:.....	33
3.1.5	Compensação.....	33
3.1.6	Informação Comparativa	33
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	34
3.2.1	Ativos Fixos Tangíveis	34
3.2.2	Bens do património histórico e cultural	34
3.2.3	Ativos Intangíveis.....	34
3.2.4	Investimentos financeiros.....	35
3.2.5	Inventários.....	35
3.2.6	Instrumentos Financeiros	35
	➤ Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros.....	35
	➤ Clientes e outras contas a Receber	35
	➤ Outros ativos e passivos financeiros	35
	➤ Caixa e Depósitos Bancários	35
	➤ Fornecedores e outras contas a pagar	36
3.2.7	Fundos Patrimoniais	36
3.2.8	Provisões.....	36
3.2.9	Financiamentos Obtidos	36
	➤ Empréstimos obtidos.....	36
	➤ Locações	36
3.2.10	Estado e Outros Entes Públicos	36
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	37

5	Ativos Tangíveis	37
➤	Outros Ativos Fixos Tangíveis	37
6	Ativos Intangíveis.....	38
➤	Outros Ativos Intangíveis.....	38
7	Locações	39
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	39
9	Inventários.....	39
10	Rédito	40
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	40
➤	Provisões.....	40
➤	Passivos contingentes.....	40
➤	Ativos contingentes	40
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	40
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	41
14	Imposto sobre o Rendimento.....	41
15	Benefícios dos empregados.....	41
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	41
17	Outras Informações.....	42
17.1	Investimentos Financeiros	42
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	42
17.3	Clientes e Utentes.....	42
17.4	Outras contas a receber.....	43
17.5	Diferimentos	43
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	44
17.7	Fundos Patrimoniais	44
17.8	Fornecedores	45
17.9	Estado e Outros Entes Públicos	45

17.10	Outras Contas a Pagar.....	46
17.11	Outros Passivos Financeiros	46
17.12	Subsídios, doações e legados à exploração.....	46
17.13	Fornecimentos e serviços externos	47
17.14	Outros rendimentos e ganhos	47
17.15	Outros gastos e perdas	48
17.16	Trabalhos para a Própria Empresa.....	48
A rubrica “Trabalhos para a Própria Empresa” encontra-se dividida da seguinte forma:		48
17.17	Resultados Financeiros	48
17.18	Acontecimentos após data de Balanço.....	49
ANEXOS.....		50
CERTIFICAÇÃO LEGAS DAS CONTAS		51
ATA CONSELHO FISCAL.....		53
CONVOCATÓRIA PARA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS.....		54
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS.....		55

af.

10/10/2023

10/10/2023

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Número de utentes - apoio à 3ª idade	10
Ilustração 2 - Número de utentes - apoio à infância	11
Ilustração 3 - Exames Radiológicos Exames Ecográficos	Ilustração 4 - 11
Ilustração 5 - Tomografia Axial Computorizada Osteodensitometria.....	Ilustração 6 - 12
Ilustração 7 – Mamografias Exames Endoscópicos	Ilustração 8 - 12
Ilustração 9 – Colonoscopias Ecocardiogramas	Ilustração 10 - 12
Ilustração 11 – Holter Esforço	Ilustração 12 - Provas de 13
Ilustração 13 – Eletrocardiogramas	Ilustração 14 - MAPA 13
Ilustração 15 – Audiogramas Funcionais Respiratórias.....	Ilustração 16 - Provas 13
Ilustração 17 - Total de análises clínicas Doentes efetuaram tratamentos MFR	Ilustração 18 - Nº 14
Ilustração 19 - Exames Neurofisiológicos	14
Ilustração 20 - Consultas Externas.....	15
Ilustração 21 - Consultas externas por especialidade	15
Ilustração 22 - Intervenções cirúrgicas.....	16
Ilustração 23 - Prestação de Serviços	20
Ilustração 24 - Resultado Líquido	21
Ilustração 25 - Cash-Flow.....	21
Ilustração 26 - Nº Funcionários e Colaboradores	22
Ilustração 27 - Nº Funcionário Contratados	22
Ilustração 28 - Nº Colaboradores	22
Ilustração 29 - Gastos com Pessoal	23
Ilustração 30 - Ativos Fixos Tangíveis 2014	37

Ilustração 31 - Ativos Fixos Tangíveis 2014	38
Ilustração 32 - Ativos Fixos Intangíveis 2014.....	38
Ilustração 33 - Ativos Fixos Intangíveis 2015.....	39
Ilustração 34 – Inventários	39
Ilustração 35 - Rédito.....	40
Ilustração 36 - Subsídios e Apoios do Governo	40
Ilustração 37 - Gastos com Pessoal	41
Ilustração 38 - Investimentos Financeiros.....	42
Ilustração 39 - Clientes e Utentes.....	43
Ilustração 40 - Outras Contas a Receber	43
Ilustração 41 - Diferimentos	44
Ilustração 42 - Caixa e Depósitos Bancários	44
Ilustração 43 - Fundos Patrimoniais	44
Ilustração 44 - Fornecedores.....	45
Ilustração 45 - Estado e Outros Entes Públicos	45
Ilustração 46 - Outras Contas a Pagar	46
Ilustração 47 - Subsídios, doações e legados à exploração.....	46
Ilustração 48 - Fornecimentos e Serviços Externos.....	47
Ilustração 49 - Outros Rendimentos e Ganhos.....	47
Ilustração 50 - Outros Gastos e Perdas	48
Ilustração 51 - Trabalhos para a Própria Empresa	48
Ilustração 52 - Resultados Financeiros	49

f.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2015

Este relatório visa dar cumprimento à alínea b) do artigo 19º dos Estatutos da Fundação Aurélio Amaro Diniz, IPSS, que define a obrigatoriedade de se proceder à apresentação de contas e relatório de atividade no final de cada exercício económico.

1 – A instituição no meio envolvente

Fazer notar que o país tem vindo a atravessar uma situação económica e social conturbada tem sido o mote do início dos relatórios ao longo dos últimos anos. Não se vislumbrando uma retoma que permita um aumento do emprego, tal tem sido decisivo para que as famílias, empresas e instituições se deparem com dificuldades acrescidas, sendo cada vez mais quem precisa de apoio e recorre ao setor social. Também na atividade da F.A.A.D. se tem vindo a repercutir esta constante instabilidade, acrescido pela indefinição de políticas do setor da saúde em que a instituição se move, ou melhor, na sua efetiva aplicação. O final do ano trouxe uma alteração da ideologia governativa, que desde logo tomou por posição a suspensão de devolução dos hospitais das Misericórdias – menos confiança no setor social ou convicção que o Estado poderá fazer melhor sem alienar funções?

Sem conhecer os fundamentos do OE para 2016, apenas poderemos especular sobre o que será a política social, na convicção de que apesar de todos os constrangimentos manteremos a disponibilidade de colaboração no sentido de agir como braço atuante na comunidade que vivencia essa conjuntura menos favorável.

Neste relatório, pretende-se demonstrar que os esforços realizados têm contribuído positivamente para que a atividade da F.A.A.D. decorra dentro dos parâmetros considerados normais num contexto de maximizar serviços prestados em áreas que permitem a geração de valores para investimento sem descuidar a intervenção em campos em que o ganho é apenas possível! aferir do ponto de vista social e humano. Assim, neste momento, a F.A.A.D. para além de não ter paralelo nesta região quanto ao volume e complexidade de serviços prestados, também adquiriu o estatuto de empregador de referência, especialmente em áreas técnicas em que a alternativa que os jovens têm encontrado é a emigração, com todos os efeitos nefastos que são por demais conhecidos nas terras do interior. Felizmente, a resignação não é o caracteriza o modo de estar da instituição como um todo.

No que respeita à diversidade de respostas, a F.A.A.D. atua em diversas áreas, desde a infância, terceira idade, hospitalar (incluindo Unidade Móvel de Saúde) e ainda uma resposta de cantinas sociais.

Relativamente à área hospitalar, é de ressaltar o facto de esta instituição disponibilizar aos seus utentes uma vasta e crescente gama de serviços. Só deste modo se consegue corresponder e satisfazer as necessidades daqueles que aqui se deslocam.

No apoio à infância, são colocadas à disposição dos utentes uma gama alargada de atividades extra curriculares, desde o ensino do inglês, coro, dança, música, natação e karaté. Estas atividades agregadas às que diariamente são desenvolvidas pelas docentes em sala vão proporcionar às crianças um

desenvolvimento holístico saudável. Procurando apresentar preços convidativos e nalguns casos assumindo a instituição esse ónus, é notório o esforço que as famílias fazem para que os seus filhos disponham das atividades que são essenciais ao seu desenvolvimento e crescimento.

As respostas sociais de apoio à terceira idade têm mantido níveis de ocupação em tudo semelhantes aos dos anos transatos, em todas as áreas de intervenção (lar, centro de dia e apoio domiciliário).

2 – Aspetos de governação

A instituição apresentou, nos termos da Lei-quadro das Fundações, um projeto de revisão dos estatutos que se encontram em análise desde novembro de 2013 na Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, cuja entrada em vigor terá impacto na composição dos órgãos sociais, já que o atual Conselho de Administração passará a ter 7 elementos, em que 3 terão funções executivas e 4 não executivas. No que respeita ao Conselho Fiscal, pressupõe a entrada do ROC na sua composição, situação que já foi acautelada por este integrar a lista que foi eleita em 21 de dezembro de 2015.

Passaram a integrar a mesa da assembleia e o conselho fiscal os seguintes membros:

Conselho Fiscal:

Cargo	Nome	Nº Membro Liga de Amigos
Presidente	Dr. Pedro Miguel Pina de Jesus	1041
Secretário	Dr. Nuno Miguel Fortes Fonseca	1040
Vogal	Dr. Daniel Martins Geraldo Taborda	1043
Suplente	Dr.ª. Maria José Costa e Silva Falcão de Brito	716
Suplente	Dr. Carlos Oliveira Santos	727

Mesa da Assembleia da Liga de Amigos

Cargo	Nome	Nº Membro Liga de Amigos
Presidente	Dr. Sebastião José de Castro Pina M. Antunes	728
Vice-Presidente	Sr. Manuel José Lobo de Seixas Pereira	600
Secretário	Sr. António Carlos Gonçalves Figueiredo	1042
Suplente	Dr. José Nelson Correia Antunes	726

Congratula-se o Conselho de Administração com a passagem de testemunho, em virtude de a maior parte dos elementos que cessaram funções terem mostrado disponibilidade para ficarem suplentes dos agora eleitos, assim como com a entrada de elementos de reconhecido mérito académico e profissional, alguns dos quais já anteriormente ligados à instituição.

Também no seio do Conselho de Administração houve lugar a alterações, solicitadas por um dos membros no sentido de reduzir a sua colaboração por estar mais ausente, pelo que se optou por uma troca de cargos, que passaram a ser assim ocupados:

Cargo	Nome
Presidente	Dr. Álvaro de Abreu Herdade
Secretário	Dr. António Casalta Nabais
Tesoureiro	Eng.º Rogério António Pereira Prazeres
Vogal	Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos
Vogal	Dr.ª Ana Cristina Saraiva Gouveia Serra
Suplente	Dr. José António Madeira Dias

3 – Atividade

De modo a que seja possível aferir de forma mais detalhada a evolução das diferentes respostas no âmbito social e da atividade hospitalar, neste ponto far-se-á referência a alguns aspetos que são essenciais nessa apreciação.

❖ Apoio à 3ª Idade

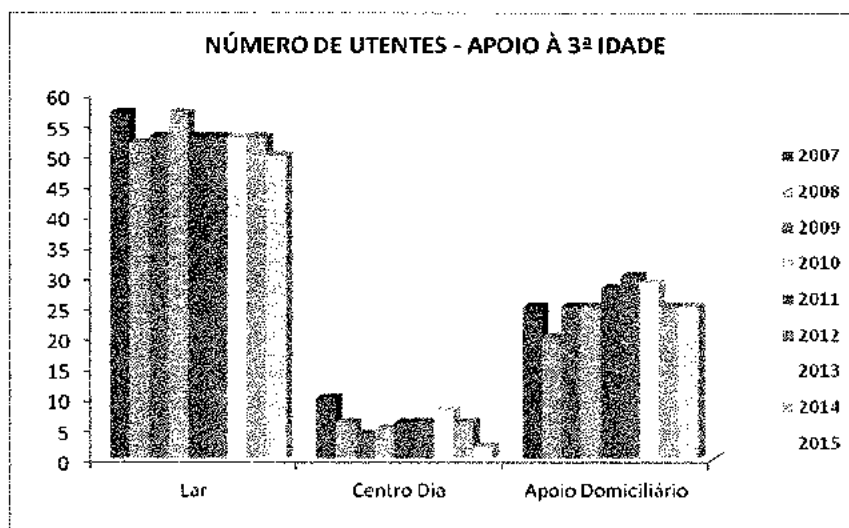


Ilustração 1 - Número de utentes - apoio à 3ª idade

Analisando o gráfico referente às respostas de apoio à terceira idade, denota-se que o número de utentes a beneficiar das mesmas não tem vindo a variar muito. No que concerne ao Lar de 3ª idade, denota-se um pequeno decréscimo do número de utentes, resultante da necessidade de dar cumprimento às normas relativamente ao número de utentes por quarto. A resposta de centro de dia também sofreu um decréscimo, em virtude de não se terem aceite novos utentes até ao efetivo licenciamento (ver capítulo de investimento). Relativamente ao apoio domiciliário, o número de utentes mantém-se inalterado, tendo em conta a capacidade licenciada.

❖ Apoio à Infância

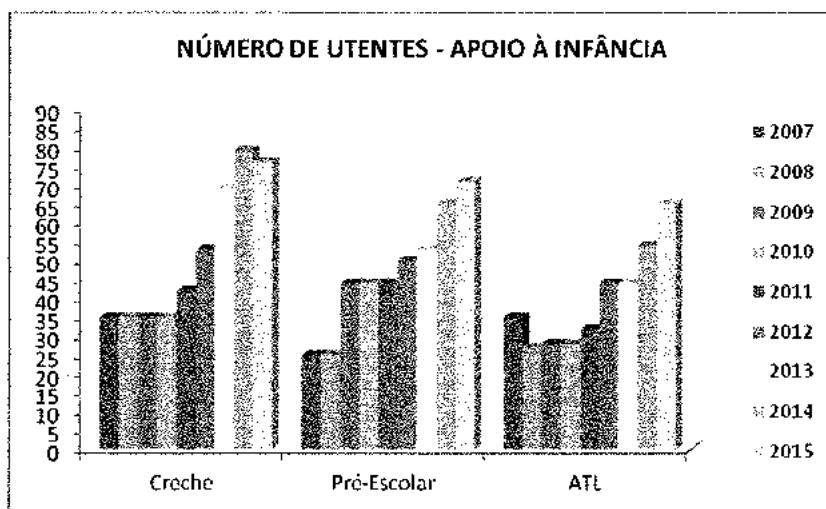


Ilustração 2 - Número de utentes - apoio à infância

Podemos referir o pleno aproveitamento da capacidade instalada, sendo que a variação notada em creche apenas depende da admissão de crianças ao longo já de 2016 apesar de inscritas em 2015, especialmente em berçário. Estão assumidas inscrições para a totalidade dos lugares, o que revela uma confiança na capacidade pedagógica da instituição assim como a correta adaptação dos horários de abertura às expetativas dos pais, não obstante haver oferta não preenchida em instituições congéneres.

❖ Atividade Hospitalar – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

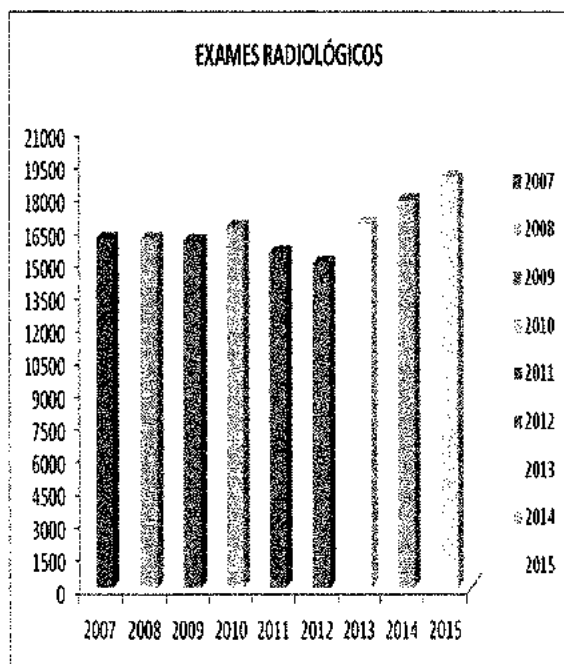


Ilustração 3 - Exames Radiológicos

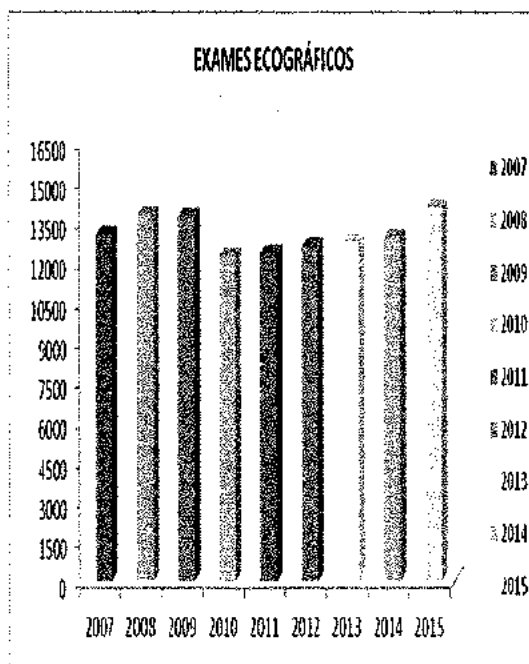


Ilustração 4 - Exames Ecográficos

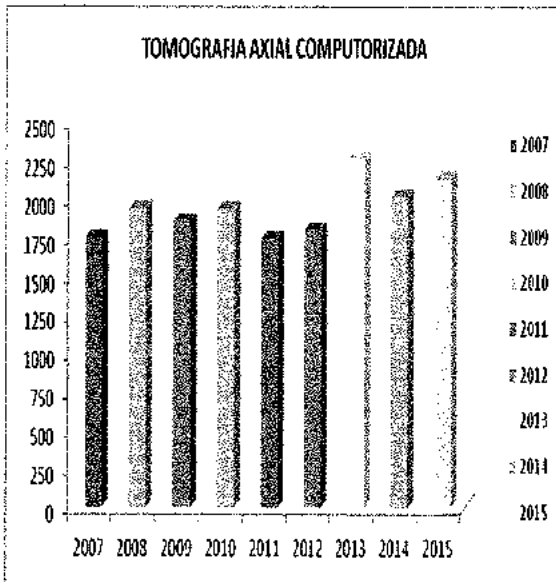


Ilustração 5 - Tomografia Axial Computorizada

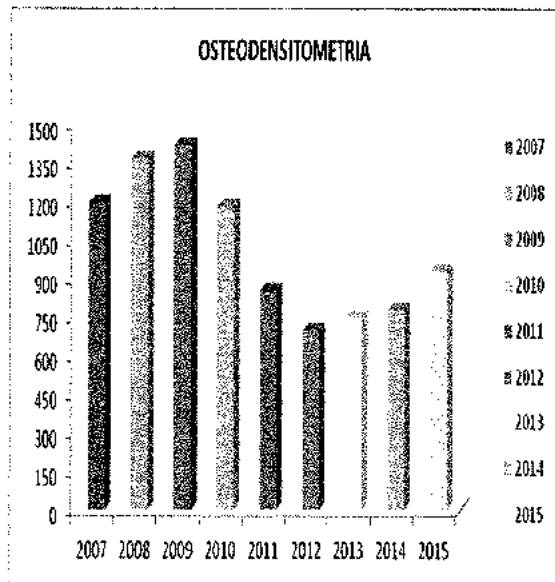


Ilustração 6 - Osteodensitometria

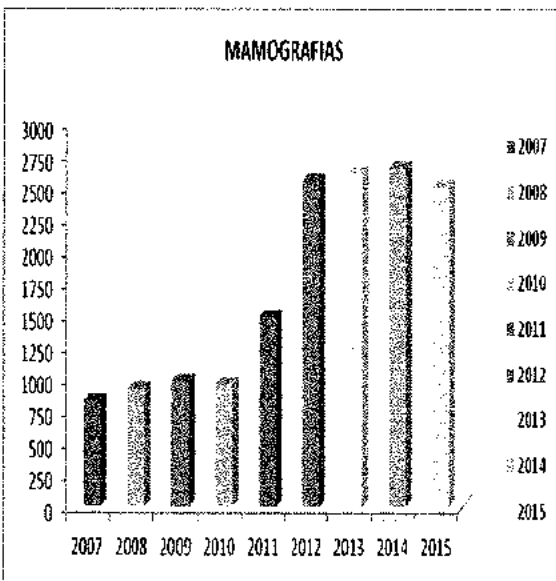


Ilustração 7 - Mamografias

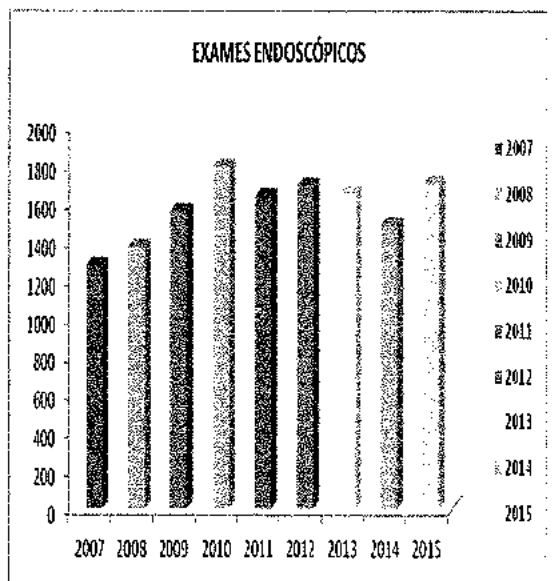


Ilustração 8 - Exames Endoscópicos

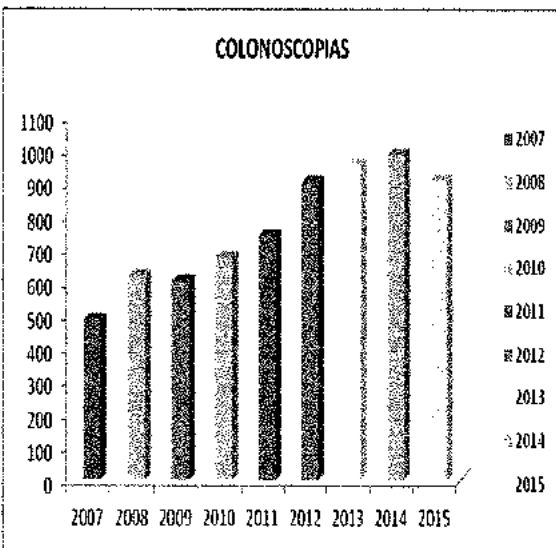


Ilustração 9 - Colonoscopias

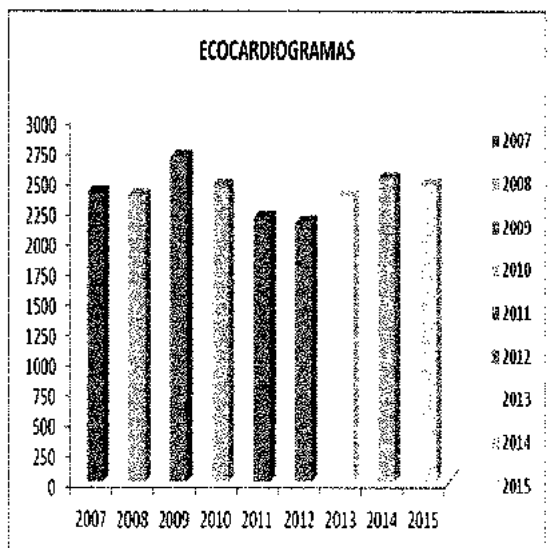


Ilustração 10 - Ecocardiogramas

d.

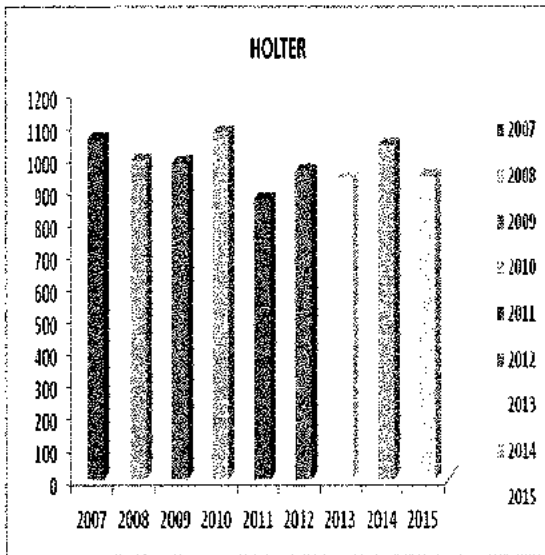


Ilustração 11 – Holter

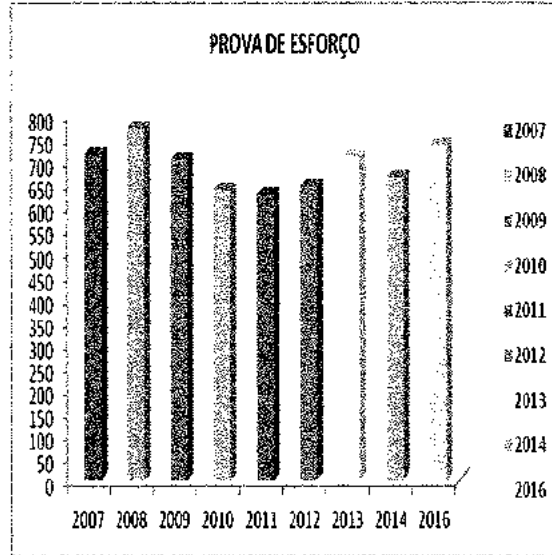


Ilustração 12 - Provas de Esforço

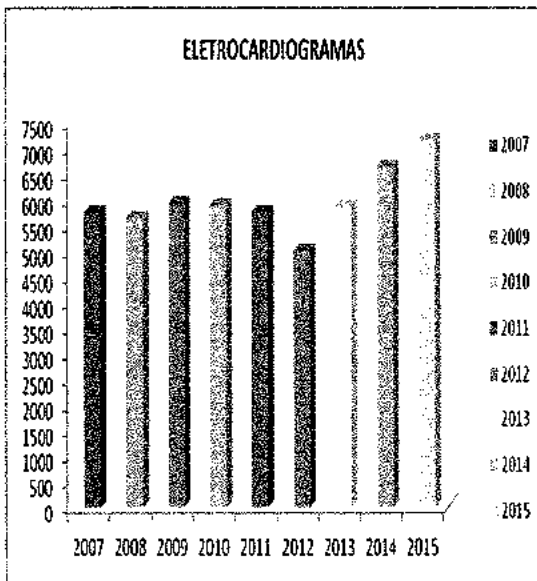


Ilustração 13 – Eletrocardiogramas

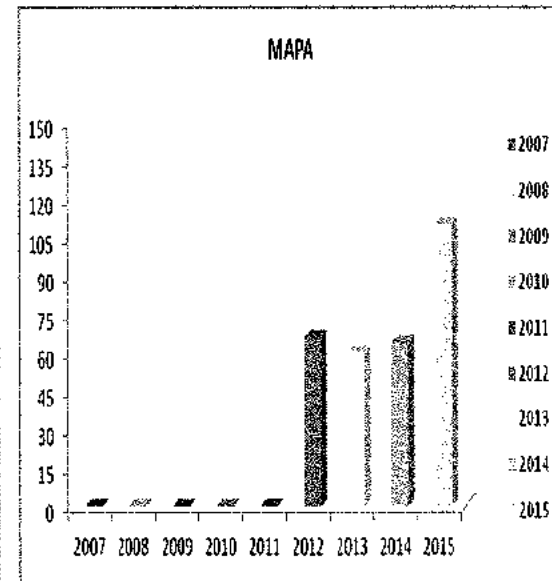


Ilustração 14 - MAPA

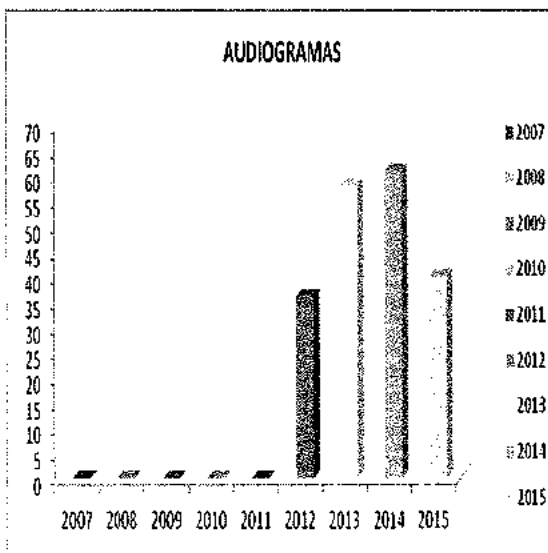


Ilustração 15 – Audiogramas

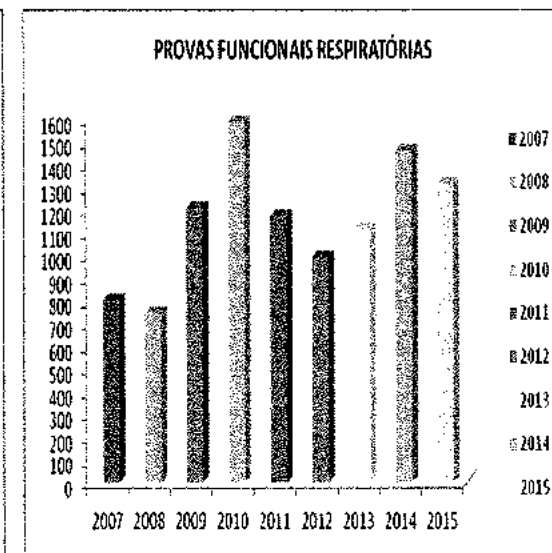


Ilustração 16 - Provas Funcionais Respiratórias

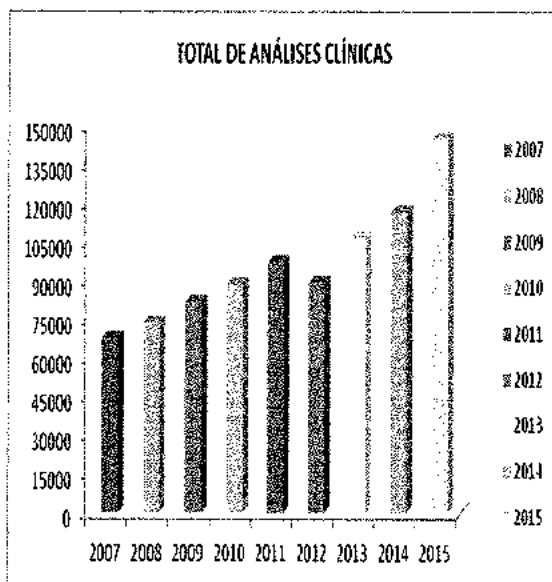


Ilustração 17 - Total de análises clínicas

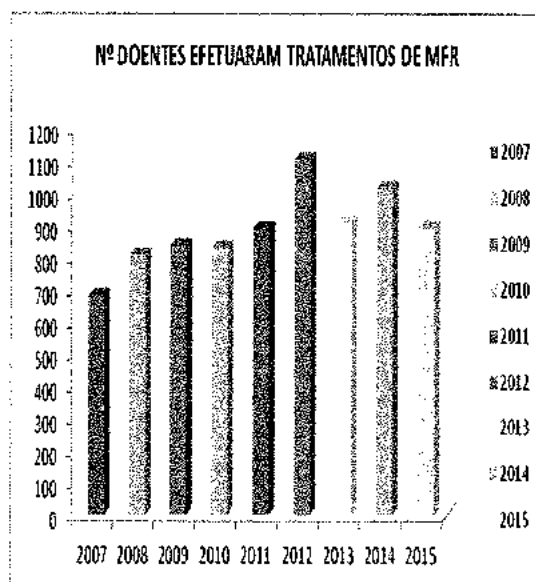


Ilustração 18 - Nº Doentes efetuaram tratamentos MFR

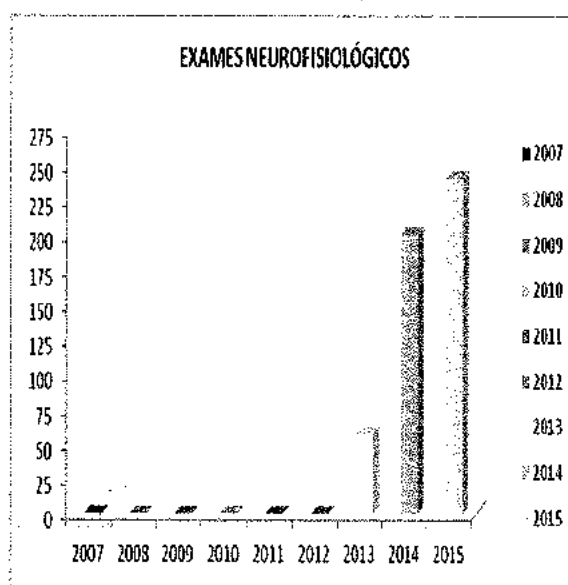


Ilustração 19 - Exames Neurofisiológicos

Os gráficos acima representados são demonstrativos do que foi a atividade hospitalar da F.A.A.D. ao longo do ano 2015, no que respeita a MCDT's. Assim, verifica-se que ocorreram algumas oscilações no que respeita ao número de exames realizados, tendo sofrido uma variação positiva os exames radiológicos, ecográficos, endoscópicos, neurofisiológicos, a tomografia axial computadorizada, a osteodensitometria, prova de esforço, electrocardiograma, MAPA e análises clínicas. Nos restantes verificou-se um pequeno decréscimo.

❖ *Atividade Hospitalar – Consultas*

d

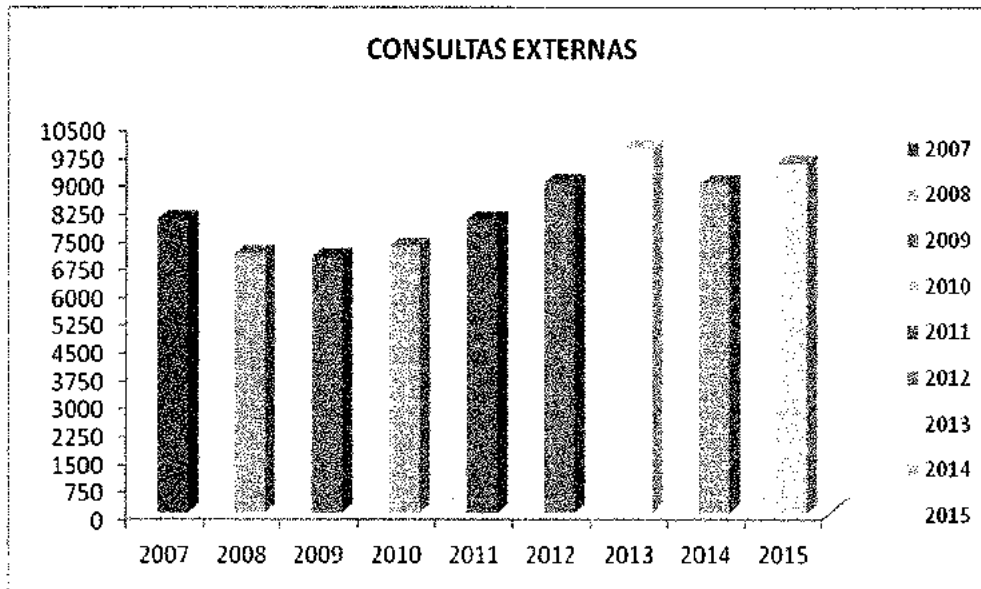


Ilustração 20 - Consultas Externas

ANO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
ESPECIALIDADE								
Acupuntura	0	0	5	145	100	83	163	288
Alergologia	78	88	93	112	157	199	212	208
Cardiologia	1280	1146	1058	1049	999	1037	951	1041
Cirurgia	788	712	785	745	764	973	862	827
Clínica Geral	44	27	16	30	0	2	95	486
Dermatologia	0	0	0	0	0	0	113	103
Dietética	4	6	7	2	2	1	0	0
Endocrinologia	0	0	0	0	6	9	25	37
Estomatologia / Medicina Dentária	292	204	195	314	205	240	231	259
Fisioterapia	714	644	570	675	1092	1168	1181	1079
Ginecologia	427	513	573	669	625	614	540	945
Hematologia	0	0	0	0	0	0	0	10
Medicina Interna	47	0	66	236	282	277	302	269
Neuro-Cirurgia	82	100	152	177	172	138	94	89
Neurologia	0	0	0	0	53	50	63	59
Oftalmologia	572	730	913	816	873	744	567	466
Ortopedia	638	662	623	1019	1310	1947	1417	1627
Otorrinolaringologia	391	328	382	351	347	570	422	385
Pediatria	0	0	0	0	52	37	53	39
Pneumologia	508	494	529	447	414	537	409	388
Podologia	0	0	0	0	24	16	21	39
Psicologia	289	386	426	497	759	459	521	155
Psiquiatria	0	0	0	0	5	39	18	12
Reumatologia	0	0	0	0	47	75	87	105
Terapia da Fala	168	273	157	66	48	42	51	91
Urologia	543	526	573	571	595	582	500	434
TOTAL	6865	6839	7123	7921	8931	9839	8898	9435

Ilustração 21 - Consultas externas por especialidade

No que respeita ao total de consultas de especialidade e, comparativamente com o ano transato verifica-se um acréscimo de 537 consultas realizadas. As especialidades que tiveram um acréscimo mais expressivo foram as de ginecologia, clínica geral, ortopedia e acupuntura.

Importa referir que no decorrer do ano 2015, passou a estar disponível a especialidade de hematologia que veio complementar o âmbito de atuação dos nossos serviços.

Como adiante referiremos, o sistema de referenciação pelos cuidados de saúde primários estão desfasados da capacidade hodierna em termos de redes informáticas, pelos que a adesão ao sistema CTH trará benefícios para os utentes, profissionais de saúde e para a transparência do sistema como um todo.

❖ Atividade Hospitalar – Intervenções Cirúrgicas

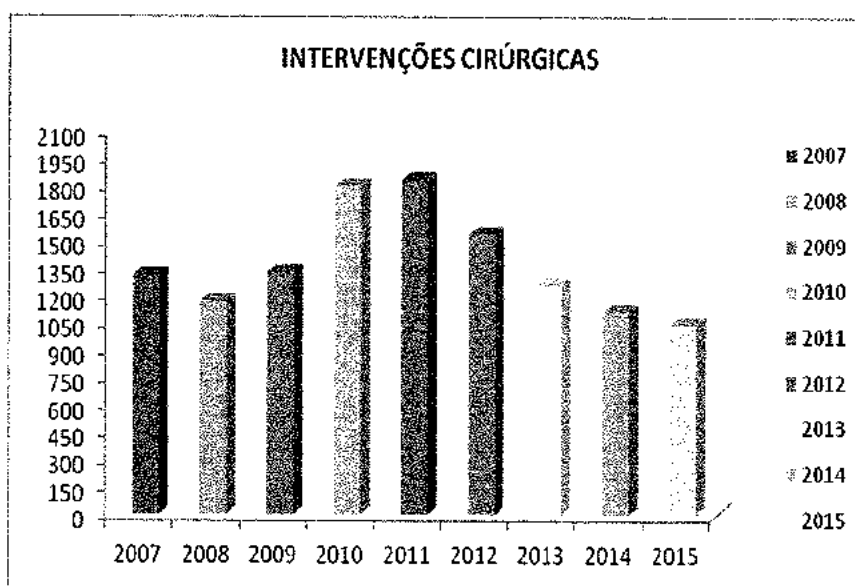


Ilustração 22 - Intervenções cirúrgicas

Da análise ao gráfico supra apresentado, pode constatar-se que no decorrer do ano 2015 a atividade cirúrgica sofreu um ligeiro decréscimo (68 intervenções). Esta situação prendeu-se com o facto de o ano ter decorrido num clima de incerteza no que respeita ao protocolo com a ARS e o ajustamento na única componente que é controlável pela gestão ao teto negociado com a ARS. Poderemos referir que houve um critério prudencial ao longo do ano para procurar que a faturação (só realizada a partir de novembro) não viesse a ultrapassar aquele máximo.

❖ Atividade Hospitalar – Unidade Móvel de Saúde (UMS)

A UMS foi apresentada à ADIBER, enquanto gestora do Leader +, como uma medida inovadora no apoio à população.

Desde o primeiro momento o Município de Oliveira do Hospital se constituiu como parte interessada e parceira e, no momento de aprovação da candidatura no âmbito do PRODER, a Câmara Municipal assumiu metade do valor que coube à F.A.A.D. suportar.

No primeiro semestre de 2015, a Unidade Móvel de Saúde manteve os níveis de atividade realizados no ano transato, deslocando-se a algumas aldeias do concelho e a eventos programados.

No arranque desta viatura, foram encontradas algumas dificuldades administrativas: a primeira, o facto da ARS Centro, que deu parecer positivo à UMS, e veio depois a encontrar dificuldades em poder contemplar que a mesma pudesse prestar serviços no âmbito do SNS. Depois, a própria ERS considerou que havia um vazio legislativo no licenciamento da mesma, tendo considerado, por exemplo, que não se poderia na mesma fazer colheita de produtos biológicos para análise.

Estes aspetos limitaram a ação da UMS, até que em julho passado a Câmara Municipal abordou a F.A.A.D. no sentido de esta ceder a viatura que o município iria protocolar com o Centro de Saúde o seu funcionamento. Logrado esse acordo, por situação a que somos alheios, a F.A.A.D. assumiu o serviço por já estarem acordadas datas em determinados locais.

Desde então a UMS tem tido uma atividade regular em determinadas localidades. Aí são colocados à disposição das populações os seguintes serviços: administração de fármacos; monitorização de sinais vitais e glicémia capilar; tratamento de feridas; monitorização e vigilância de terapêutica crónica dos utentes; sinalização de situações de risco e encaminhamento para os serviços adequados; monitorização do peso; educação para a saúde e colaboração na renovação de receituário crónico.

Os técnicos que semanalmente se deslocam denotam que este é um serviço que ganhou especial importância para a população, uma vez que esta é maioritariamente idosa, apresenta limitações físicas, dificuldades de transporte e económicas. Estes fatores contribuem para o condicionamento do acesso aos cuidados de saúde, por parte destas pessoas que em muitos casos também sofrem de patologias como a hipertensão arterial e a diabetes.

Tendo em conta todos os aspetos supra mencionados, este é um serviço ao qual vamos dar continuidade, pelo que contamos alargar o âmbito de atuação dos mesmos serviços que têm recolhido o agrado da população não obstante estarem, por efeitos administrativos, coartados na sua capacidade. Essa atividade será apoiada financeiramente pelo Município, conforme seu compromisso, mas como ainda não estão definidos os valores as contas não evidenciam qualquer registo de proveitos, recebidos ou diferidos.

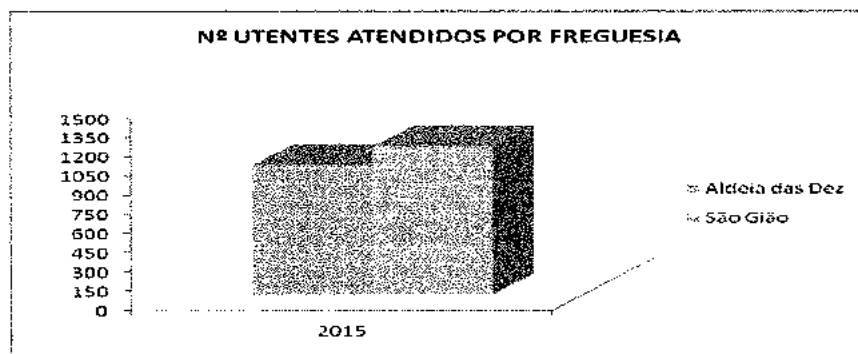


Ilustração 23 - Nº Utentes Atendidos por Freguesia

4 – Investimentos

Este foi um ano em que os investimentos estiveram em linha com o estimado, tendo-se optado por uma prudente política de substituição de equipamento obsoleto aguardando por uma definição de políticas para o setor, nomeadamente os apoios do Portugal 2020. Ainda assim e sendo um dos principais objetivos da F.A.A.D. que os serviços prestados satisfaçam e correspondam às necessidades e expectativas dos utentes, têm vindo a ser realizados pequenos investimentos. Conjugando com as expectativas futuras, somos de referir alguns aspetos:

❖ Adaptação de ERPI e licenciamento da resposta social de Centro de Dia.

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) foi idealizada e construída nos meados da década de 80. À data, a instituição chegou a celebrar Acordo de Cooperação para Centro de Dia, que foi denunciado por falta de frequência de utentes.

Desde então a realidade do tecido social, que se orientou num aumento da procura pelo Serviço de Apoio Domiciliário (na F.A.A.D. prestado todos os dias do ano) e do Centro de Dia, determinou que a instituição se adequasse a essa nova realidade, tendo iniciado mesmo o Centro de Dia para dar resposta premente a casos que não encontraram solução em instituições congéneres. Desde há 7 anos que o faz e solicitou à Segurança Social o seu licenciamento. Porém, a diversa legislação regulamentadora de todas estas atividades que surgiu nos últimos 10 anos vieram a demonstrar que a estrutura estava anacronicamente desfasada e as diversas intervenções de conservação não resolveram essa questão. Aliás, é de fazer notar que as instalações serviram de forma embrionária a criação do infantário e foi também neste edifício que se passaram a concentrar os serviços de lavandaria e cozinha, para além dos serviços administrativos centrais em nova ala criada para o efeito.

Esse desfasamento está mais patente na lotação dos quartos, pois tudo o demais são alterações de pormenor tendentes a melhorar as condições de vida quer dos residentes quer dos que recebemos apenas no período diurno. Para o suprir foi encomendado estudo de engenharia que resolvesse essa questão e que não viesse a reduzir a capacidade como um todo, por se considerar adequada à sustentabilidade das referidas respostas sociais. Esse estudo foi analisado pelos serviços técnicos da Segurança Social, que vieram a dar o parecer positivo a obra consignada no final de 2015 no âmbito de um concurso ao abrigo do CCP. A obra, que estará terminada no decorrer do primeiro trimestre de 2016 irá permitir poder licenciar o Centro de Dia para receber 20 utentes e a aumentar em 4 a capacidade em ERPI, que passa assim a 54. A obra está a ser realizada pela empresa CIP-Construção, S.A., pelo valor de 74.771,71€, a que acresce IVA.

❖ Licenciamento das valências de apoio à infância

Também no infantário se procedeu à atualização da capacidade tendo em conta o edifício inaugurado em 2014, que agora se cifra em 81 em idade de creche, 75 em educação pré-escolar e 60 em CATL. No que concerne à Educação Pré-Escolar, foi solicitada renovação da autorização de

funcionamento provisória, tendo sido apresentados todos os documentos que permitiu averbar a nova Diretora Pedagógica (que assumiu funções em janeiro de 2015) e a adequação das instalações. De modo a que a autorização ganhe o carácter de definitiva, a instituição irá fazer novas obras na cozinha, que adiante se explicará.

No que respeita a essas respostas, foi ainda recuperado o espaço exterior com a plantação de árvores e procuraremos criar um novo espaço lúdico para estas crianças.

❖ Serviços de Alimentação e Dietética

Há cerca de duas décadas, a recuperação financeira da instituição passou pela centralização de serviços, nomeadamente os da cozinha, tendo-se optado por usar a do Lar de 3ª Idade, maior e mais recente. No entanto, o crescimento da instituição e dos serviços prestados vieram a imputar um volume de trabalho para a qual não estava dimensionada, tendo sofrido obras de ampliação, a última das quais há 5 anos.

Porém, quer por deficiente execução de obras de impermeabilização quer pelo previsível novo aumento de serviços que neste relatório também afluíram, foi decidido usar um novo espaço para a cozinha, que será construída em piso térreo anexo ao agora ocupado. Essa solução já mereceu em 12 de outubro de 2015 parecer positivo por parte da Segurança Social e já agora em 26 de fevereiro pelos serviços do município, pelo que está agendada pelo Conselho de Administração a decisão quanto ao seu arranque assim que estejam terminados os projetos de especialidade.

❖ Ampliação do Hospital

Mais ambiciosa do que atrás foi referido, não só na amplitude de obra mas especialmente nas verbas envolvidas, trata-se de um projeto que vem sendo acalentado por diversos Conselhos de Administração. Aliás, recordamos que já no início dos anos 90 foi elaborado projeto completo e até feito um desaterro no lado norte do atual edifício, mas que foi inconsequente. No ano passado entendeu este Conselho de Administração ultimar um projeto completo que, recolhendo diversas opiniões, recuperou a ideia de ampliação sobre a antiga secretaria, criar a norte uma ala destinada a poder receber serviço de urgência e uma ramificação a sul, em L, para receber zona de consulta externa e atendimento a nível de R/C e servir de prolongamento dos internamentos em Medicina e Cirurgia nos dois pisos acima.

Essa obra seria complementada com uma renovação de todo o edifício existente, desde logo criando casas de banho em todos os quartos. O processo está a ser acompanhado pelos serviços técnicos da ARS Centro, que já emitiram parecer positivo para o espaço a ser utilizado pelo ginásio de Medicina Física e de Reabilitação.

No dia-a-dia está cada vez mais difícil gerir o espaço para acolher todos os profissionais. Essa constatação começa logo à entrada: estacionamento cheio, zona de espera que se prolonga pelos corredores e uma gestão ao minuto da ocupação dos consultórios. O posicionamento da F.A.A.D. enquanto prestador de serviços de saúde apresenta, do ponto de vista do utente, um conjunto de vantagens que foram paulatinamente criadas: a proximidade, a qualidade, a rapidez, o atendimento.

Poderemos afirmar que a marca está criada, enfatizada pelo fenómeno amplamente estudado de que as instituições sem fins lucrativos gozam de um estatuto de confiança superior em relação aos privados de escopo lucrativo. No entanto, o reverso da medalha está na incapacidade de, com as atuais instalações, receber convenientemente essa procura que se maximizou por se estar a ampliar a área de intervenção, quer do ponto de vista geográfico para a qual não tivemos intervenção quer do ponto de vista da capacidade de resposta, essa sim derivando do investimento tecnológico e humano pensado para podermos abarcar uma maior complexidade de casos clínicos.

Apenas a consciência de que a FAAD não gerou meios para se abalançar de *per si* no investimento nos tem tornado expectantes no que respeita ao enquadramento no âmbito do Portugal 2020, na certeza porém de que há que lançar mãos à obra. No permeio, procurou-se alargar o período de atendimento dos serviços de consultas e Meios Auxiliares de Diagnóstico para 6 dias por semana, entre as 7 e as 20 horas, de modo a elevar a oferta adequando-a às expectativas da comunidade.

❖ Aquisição de Diverso Equipamento na Atividade Hospitalar

Não foram descuradas diversas necessidades, que passaram pela melhoria de equipamentos ao dispor dos serviços de MFR, Bloco Operatório e Laboratório de Análises Clínicas. Porém, bastante visível foi a melhoria do equipamento “hoteleiro”, graças à ajuda de entidades suíças que, por via de contactos estabelecidos, nos ofereceram equipamento em estado de uso de excelente qualidade e estado de conservação. Deste, destacamos camas com elevação elétrica, macas, cadeiras de repouso, etc.. Para esta operação foi requerida e obtida a isenção de franquias alfandegárias, tendo portanto apenas assumido os custos de transporte do referido equipamento.

4 – Gastos de Produção

No que respeita à atividade hospitalar, verificou-se que os níveis de produção sofreram um acréscimo na ordem dos 190.000,00€ na globalidade da faturação.

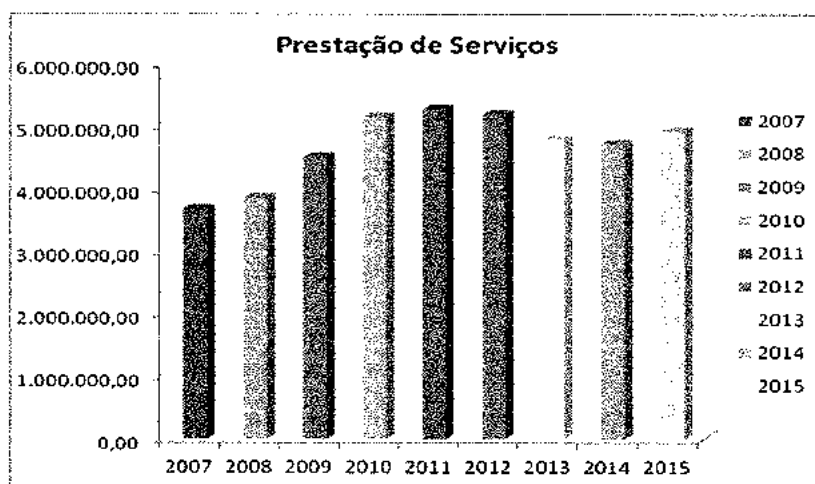


Ilustração 24 - Prestação de Serviços

O acréscimo de faturação em conjugação com medidas de redução do desperdício e fomento de sinergias contribuíram para que o ano 2015 culminasse com um resultado líquido favorável.

[Handwritten signature]

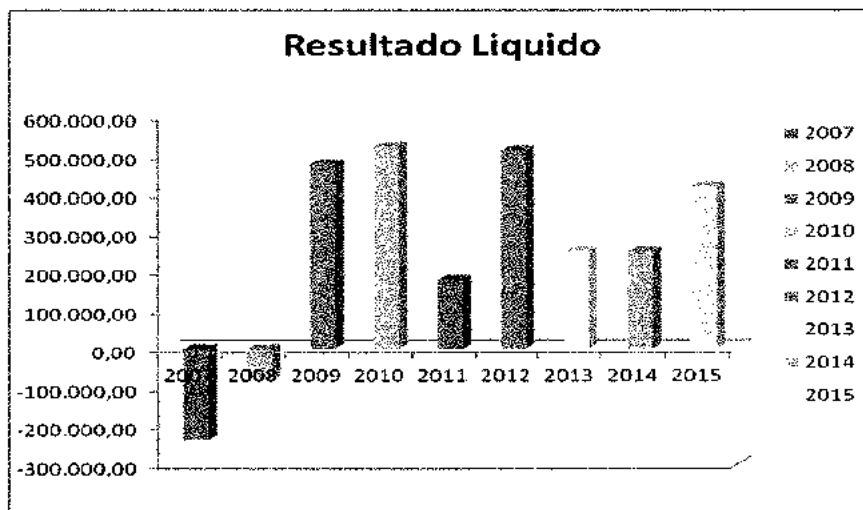


Ilustração 25 - Resultado Líquido

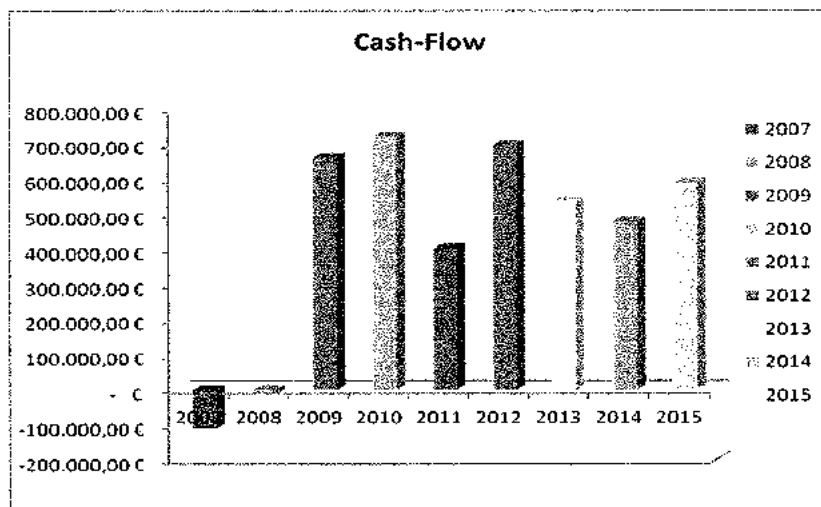


Ilustração 26 - Cash-Flow

5 – Recursos Humanos

De modo a que seja possível que a atividade da F.A.A.D. decorra com a normalidade e parâmetros de qualidade desejados, é essencial que exista um conjunto de recursos humanos dotados dos conhecimentos necessários para a assegurar que as necessidades dos utentes são devidamente satisfeitas. Assim, verifica-se que comparativamente ao ano transato houve um incremento do número de colaboradores, resultando este essencialmente do aumento do número de colaboradores a título independente em virtude da indefinição da perenidade dos serviços requeridos pela ARS Centro.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Funcionários Contrato Sem Termo	126	127	131	136	141	127	139	143	164
Estágios Profissionais	7	3	8	8	7	5	1	3	0
Estímulo 2012/2013 - Reembolso TSU	0	0	0	2	0	9	8	34	22
Desempregados Longa Duração	17	15	15	8	16	16	24	19	14
TOTAL FUNCIONÁRIOS	150	145	154	154	164	157	172	199	200
Independentes	68	69	62	69	84	82	94	101	130
Emprego-Inserção	19	16	23	25	23	20	17	12	13
Activos Sociais	0	0	0	0	0	0	26	10	0
Voluntários	34	35	23	29	37	42	23	27	27
TOTAL COLABORADORES	121	120	108	123	144	144	160	150	170
NÚMERO GLOBAL COLABORADORES	271	265	262	277	308	301	332	349	370

Ilustração 27 - Nº Funcionários e Colaboradores

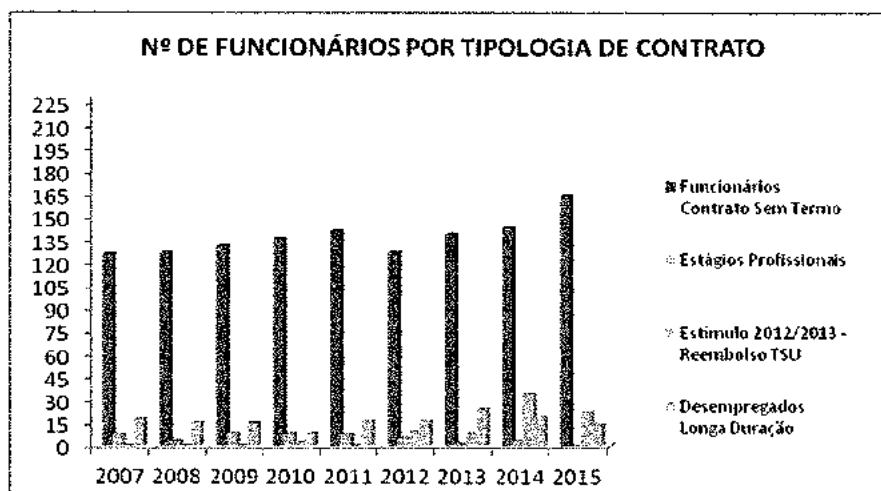


Ilustração 28 - Nº Funcionário Contratados

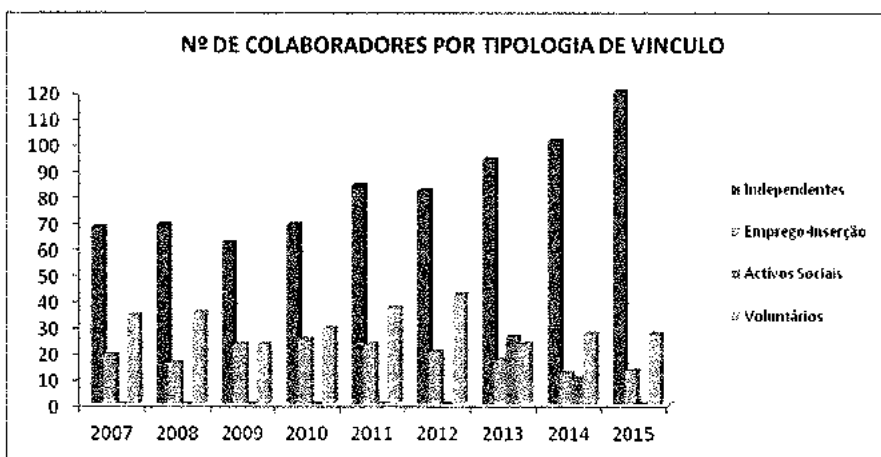


Ilustração 29 - Nº Colaboradores

No que respeita aos gastos com pessoal, importa referir que no início de 2015, decorrente de uma mudança da política contabilística introduzida no processamento de salários, passamos a inscrever em cada recibo de vencimento a verba correspondente ao subsídio de refeição, não obstante o mesmo ser pago em espécie. Esse valor traduziu-se em 177.395,41€. Se do ponto de vista de resultados o efeito é inócuo, passou a evidenciar na demonstração de resultados o gasto estimado com subsídio de refeição e o rédito equivalente enquanto autoconsumo, por produção e disponibilização de alimentação. Já neste ano de 2016, procedemos a um acerto do valor unitário, que passou a basear-se no valor publicado no CCT ao invés do valor preconizado para a função pública. Descurando esse efeito, encontramos um acréscimo de 146.756,89€, explicado pela entrada de novos funcionários com categorias técnicas, sendo que os que saíram eram na sua maioria pessoal auxiliar. Também no passado ano foi publicado aumento nas tabelas salariais do CCT, que implicou cerca de 30.000,00€ de aumento de gastos. Por final, a atualização gradual da taxa de contribuições para a segurança social cresceu 3.567,22€.

A

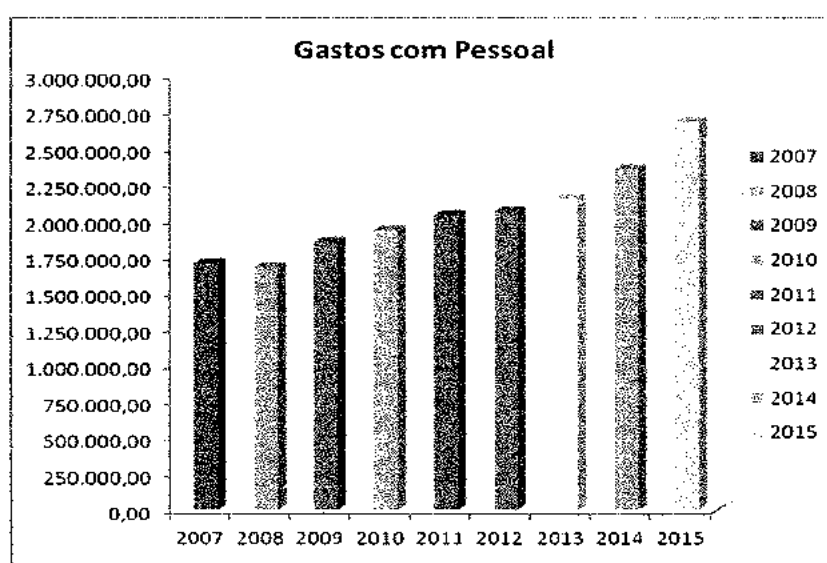


Ilustração 30 - Gastos com Pessoal

6 - Articulação com o Serviço Nacional de Saúde

A devolução do Hospital em 1989 criou um dos primeiros casos de exploração por uma IPSS de uma unidade que havia sido nacionalizada em 1975. Esse histórico de 14 anos enfatizou o cariz de hospital de referência, havendo ainda hoje a perceção generalizada de ser um hospital público. Essa realidade, cremos, é assumida pela representação regional do Ministério da Saúde, que no preâmbulo dos diversos protocolos assume como legítima essa centralidade, que não é certificada administrativamente mas sim organicamente pela comunidade.

O Estado entendeu dar corpo de lei à articulação entre o Setor Social e o Estado, chamando a esse pacto o Ministério da Saúde pois havia interesse em fazer com algumas Misericórdias um processo em tudo idêntico ao que se passou na F.A.A.D. há 26 anos. Daqui resultou que, no seio da ARS Centro,

houvesse mais entidades a necessitar de protocolar a sua atividade enquanto complementar do serviço público e, no nosso caso, basilar por falta de outro tipo de respostas. Assim, no final de 2014, a ARS Centro encetou um novo período negocial com a F.A.A.D., cujo documento final foi atingido em março de 2015. Num contexto de país sob o MoU, a braços com um *deficit* orçamental estrutural, é natural quem impenda naquele organismo preocupação com o comprometimento de verbas, que se traduz desde logo num teto de despesa a poder assumir. Menos natural será a incapacidade de analisar alguns desperdícios, que a presença no local de instituições como a F.A.A.D., poderão obviar e, pior que isso, a sua quantificação. É recorrente ter que chamar à atenção para aspetos que não aproveitam a ninguém exceto aqueles que vivem do resultado dessa ineficiência. E neste processo assim aconteceu, sendo que encontramos em algumas exigências da ARS alguns aspetos positivos por as entendermos enquanto disciplinadoras e promotoras de economia e melhoria das condições no acesso à saúde, a saber:

- a) A integração no sistema de Consulta a Tempo e Horas (CTH), por permitir ao médico dos cuidados de saúde primários a referência direta;
- b) A determinação do Hospital da F.A.A.D. inscrever os seus utentes na Lista de Espera Cirúrgica no âmbito do SIGIC.

Por fim, o documento consagrava ainda o pagamento em duodécimos, de modo a que a F.A.A.D. tivesse acesso tempestivo às verbas para o seu funcionamento, com um encontro de contas a ser feito no início do ano seguinte.

Com a assinatura do documento estava o Conselho de Administração muito longe de perceber as dificuldades que o ano passado traria. A partir do momento que nos informaram que o documento passaria para a alçada do Sr. Secretário de Estado para homologar, passamos a ter um vazio que marcou o período até novembro. Primeiro, porque foi necessário adequar o sistema de codificação de processos clínicos à nova versão, de modo a permitir a comparabilidade. Essa nova versão implementou diversas alterações de fundo que não permitem a comparabilidade com o sistema anterior e a tabela de valores e pesos relativos que lhe corresponde só foi oficial a partir de agosto. Segundo, durante todo este período não foi efetuado qualquer pagamento, por não ter entrado em vigor o sistema de duodécimos. Terceiro, porque este limbo não permitiu à F.A.A.D. proceder a alterações de fundo que as mudanças impunham, desde logo na contratação das equipas médicas.

Este processo teve um remédio em meados de novembro, por permitir prolongar o protocolo anterior, em contornos que nos foram comunicados pela ARS Centro após parecer nesse sentido por parte da ACSS. Assim, apenas em Novembro e Dezembro foi faturado todo o serviço prestado no ano de 2015 no que concerne a internamento, cirurgia de ambulatório e pequena cirurgia, cerca de 40% do valor global dos serviços prestados.

Não há ponto de vista, por mais otimista que se pretenda, que permita entender como natural este processo e julgamos despiciente escrever o quão penalizador foi para a instituição todo este processo. Do ponto de vista financeiro se percebe o saldo em conta-corrente de fornecedores em 31 de dezembro, que está a ser pago em pequenas tranches quando, em abono da verdade, deveria ser integralmente pago para repor aquilo que estava na letra e no espírito do protocolo assinado.

Neste momento foi elaborado novo documento, num contexto de uma nova equipa governativa e que inclui outras *nuances*, nomeadamente uma nova linha produtiva e para a qual aguardamos despacho do Ministério da Saúde, recusando-nos a pensar que a linha de atuação não seja outra.

7 - Centro Comunitário da Lageosa

A ligação da F.A.A.D. à Lageosa resulta, desde logo, do ato fundador. Aurélio Amaro Diniz era natural daquela freguesia do Conselho de Oliveira e no seu testamento pretendeu criar, para além desta Fundação, a Obra de Auxílio aos Pobres da Lageosa. Mais tarde (a seguir ao 25 de abril) aquela obra não apresentaria movimento e o seu património foi mandado integrar na F.A.A.D., situação que não foi promovida sem que haja registo do porquê. Já depois de 1995 e num esforço de fazer espelhar nas contas da instituição um conjunto de realidades que até aí não tinham acolhimento na contabilidade, foi esse património registado sem que, no entanto, fosse suspensa uma atividade, ainda que de pouca expressão de gestão desse património, por uma comissão que derivava daquela Obra administrativamente extinta

Havia na mesma freguesia a Liga dos Amigos da Lageosa que promovia atividades desportivas e culturais e os seus responsáveis acalentavam outro tipo de intervenção, nomeadamente de cariz social. No ano de 1999, abordaram a F.A.A.D. no sentido de transformarem aquela Liga em Associação com cariz de IPSS e avançarem para a criação de um Centro Comunitário com respostas sociais de apoio à 3ª Idade e Infância. À data, a F.A.A.D. constituiu um direito de superfície sobre um dos terrenos outrora pertença da referida Obra, o que permitiu à Associação construir, com apoio do POEFDS, o Centro Comunitário. Na fase de arranque a F.A.A.D. disponibilizou ainda os seus técnicos até que a instituição garantisse a sua autonomia. Pontualmente foram realizadas ações em comum, incluindo formação que abrangeram pessoas ligadas à Associação e seus sócios.

Recentemente, a direção daquela Associação abordou o Conselho de Administração dando conta das dificuldades em manter economicamente viável a exploração do Centro Comunitário, situação que já haviam dado conhecimento ao responsável distrital da Segurança Social, Eng.º Ramiro Miranda. Resultado de uma reunião conjunta que se agendou junto daquele responsável, a F.A.A.D. mostrou disponibilidade para colaborar com aquela associação para a sua viabilização, começando desde logo a fazer deslocar os seus técnicos para aferir do funcionamento e apresentar à direção caminhos para, no imediato, se cumprir com as obrigações assumidas com os utentes e responsabilidades legais e laborais. A direção daquela associação entendeu que o futuro passaria por se voltar a centrar nos antigos objetivos da Liga e entregar a gestão do Centro Comunitário da Lageosa à F.A.A.D., em moldes a definir em conjunto com a Segurança Social. Daqui resulta que o património passaria para a F.A.A.D., assim como os compromissos com os funcionários, num processo de fusão que levaram à discussão e aprovação em Assembleia Geral realizada em 26 de julho e que recolheu a unanimidade dos presentes. Depois de um conjunto de contactos entretanto promovidos com técnicos da tutela, a 17 de setembro seguiu ofício assinado pelos presidentes das duas IPSS para a Segurança Social para sintetizar todo este

processo e solicitar o apoio para se efetuar o que havia sido decidido, o que até esta data ainda não aconteceu.

Desde então a F.A.A.D. tem colaborado com a A.A.L., prestando diversos serviços para que não esteja comprometida a continuidade da ação do Centro Comunitário.

8 - A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital

Desde o aparecimento deste estabelecimento dependente do Instituto Politécnico de Coimbra que a F.A.A.D. se colocou ao dispor dos seus dirigentes, tendo inclusive abordado os serviços sociais em 2005 no sentido de promover a criação de uma residência, tendo por base a recuperação de um edifício no centro da cidade. Esse assunto não teve acolhimento por falta de verbas, pelo que a ligação à ESTGOH se cifrou desde então no acolhimento de estagiários nas áreas de Gestão.

No ano transato, o diretor da Escola, Sr. Arquiteto Carlos Veiga, abordou a F.A.A.D. com a preocupação quanto ao um conjunto de alunos estrangeiros, procurando quer poder oferecer residência quer alimentação. Assim, desde setembro que a F.A.A.D. colabora com aquela escola, o que num momento inicial, e perante necessidades urgentes manifestadas por aquele responsável, se prestaram sem uma definição de um documento enquadrador, mas que agora se aguarda a sua formalização.

9 - Alienação de património

A F.A.A.D. é proprietária de um edifício sito ao nº. 45 da Rua Andrade, em Lisboa, adquirido em 1956. O prédio foi adquirido em nome da F.A.A.D. pelo benemérito Sr. Comendador Manuel Lagos, que desde logo assumiu a sua gestão cobrando as rendas, fazendo as obras, contratos, etc. Esse auxílio foi preponderante até à sua morte e desde então se verifica uma incapacidade de, à distância, dar a atenção devida ao imóvel.

No anterior mandato, o Conselho de Administração, face à situação de precaridade do imóvel e constantes reclamações (invasão por estranhos, roubo, alertas da PSP e do Município, queixas dos inquilinos) entendeu que deveria promover a sua venda que, para ser bem sucedida, deveria estar devoluto já que os valores apontados por interessados estavam muito aquém do seu real valor.

Numa fase inicial foram denunciados os contratos de duração limitada, assim como daqueles que prevaricavam no pagamento de rendas e, nos últimos dois anos, negociando a saída dos restantes. Foi solicitada avaliação do potencial de venda do imóvel e, sem que fosse solicitada a mediação, começou a instituição a receber solicitação de informação e, até, propostas. Neste momento, apenas 4 das 14 frações estão habitadas e já no corrente ano foi deliberada a venda à melhor proposta entretanto recebida, que no entanto não se chegou a concretizar por desistência do comprador no dia estipulado para a assinatura do Contrato Promessa de Compra e Venda.

Mantendo o mesmo propósito, que agora assume uma importância estratégica tendo em conta a realização de fundos para serem aplicados na ampliação do hospital, prevemos que a venda se venha a concretizar nos próximos meses se atingidos os valores com que se previa a venda no mês passado.

10 - Perspetiva para o futuro

A F.A.A.D. tem razão de ser na exata medida da sua intervenção e de onde seja chamada a atuar. Esta consciência obriga a que esteja atenta ao que a rodeia, não só de um modo passivo indo atrás das solicitações mas especialmente de um modo proactivo, antecipando necessidades e promovendo respostas, se possível com economias de escala para si e para a comunidade.

Tendo esse objetivo, o Conselho de Administração deve dosear, fomentar, moderar e aproveitar todos os contributos que permitem o desenvolvimento da sua ação, almejando que se faça com o mínimo de sobressaltos, alcance os parâmetros de qualidade desejados e acurácia nas medidas que toma. Assim, salienta-se o esforço dos funcionários, a dedicação dos voluntários em prol dos outros, o reconhecimento e colaboração das entidades externas que de uma forma ou outra cooperam com a nossa Instituição e, por fim, a todos os elementos que integram os órgãos sociais.

A dedicação de todos é imprescindível – para além de dar continuidade ao desejo de Aurélio Amaro Diniz, respeita o esforço dos que nos precederam e permite o crescimento para fazer mais e melhor, não de futilidades mas de serviços úteis e imprescindíveis à população, toda ela beneficiadora direta ou indiretamente.

Oliveira do Hospital, 07 de março de 2016

O Conselho de Administração

Álvaro Cristiano Sousa

BALANÇO

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 500746621
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	3.518.274,00	3.644.580,96
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis	6	4.910,92	7.973,58
Investimentos financeiros	17.1	6.078,20	6.078,20
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		3.529.263,12	3.658.632,74
Activo corrente			
Inventários	9	80.250,05	70.776,58
Clientes	17.3	1.999.038,77	1.391.360,47
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	17.9	13.002,66	4.987,32
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	17.4	8.541,40	16.675,96
Diferimentos	17.5	3.079,81	3.542,99
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	17.6	805.638,38	818.490,24
		2.909.551,07	2.305.833,56
Total do activo		6.438.814,19	5.964.466,30
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.7	1.591.388,23	1.591.388,23
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	17.7	2.229.432,12	1.917.828,70
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.7	1.017.302,30	1.120.769,43
		4.838.122,65	4.629.986,36
Resultado líquido do período		419.931,83	251.322,42
Total do fundo de capital		5.258.054,48	4.881.308,78
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	101.684,04	101.684,04
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		101.684,04	101.684,04
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	688.242,84	608.617,21
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	17.9	65.473,03	61.970,05
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	17.10	325.359,80	310.886,22
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		1.079.075,67	981.473,48
Total do passivo		1.180.759,71	1.083.157,52
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.438.814,19	5.964.466,30

A Direcção

O Responsável

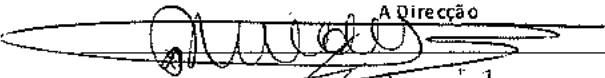
20 Dec 13/14

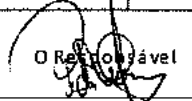
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 500746621
 Moeda: (Valores em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Prestações de serviços	10	4.927.625,35	4.734.380,11
Subsídios, doações e legados à exploração	17.12	819.669,37	800.083,40
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	17.16	184.896,19	101,76
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	1.010.498,48	1.056.059,35
Fornecimentos e serviços externos	17.13	1.770.357,55	1.749.203,62
Gastos com o pessoal	15	2.681.779,24	2.357.626,94
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	17.14	116.602,95	103.922,11
Outros gastos e perdas	17.15	21.537,54	44.762,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		564.621,05	430.834,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	171.115,64	186.324,33
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		393.505,41	244.510,43
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	28.494,73	13.858,88
Juros e gastos similares suportados	17.17	2.068,31	7.046,89
Resultados antes de impostos		419.931,83	251.322,42
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		419.931,83	251.322,42

A Direcção

 Aca Cristina Ferreira

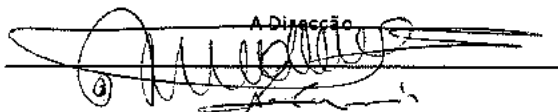
O Responsável

 9.000.1336.4

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

FUNDAÇÃO AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERIÓDICA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2014

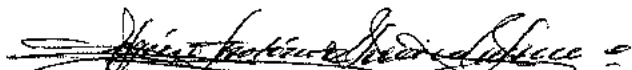
Contribuinte: 500 746 621
 Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	DATAS	
	2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de Clientes e Utentes	4.712.970,10	5.490.271,53
Recebimentos de Subsídios à Exploração	819.669,37	800.083,40
Recebimentos de Rendimentos Suplementares	53.296,14	32.564,41
Pagamentos de Subsídios	0,00	0,00
Pagamentos de Apoios	0,00	0,00
Pagamentos de Bolsas	0,00	0,00
Pagamentos a Fornecedores	2.984.219,74	3.283.918,11
Pagamentos ao Pessoal	1.658.365,33	1.562.388,59
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	<i>943.350,54</i>	<i>1.476.612,64</i>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-849.286,20	-838.434,90
<i>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</i>	<i>94.064,34</i>	<i>638.177,74</i>
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	150.886,15	172.155,03
Activos intangíveis	1.474,77	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	19.018,30	23.729,30
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	46.507,43
Juros e rendimentos similares	28.494,73	13.858,88
Dividendos	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</i>	<i>-104.847,89</i>	<i>-88.059,42</i>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamentos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	2.068,31	9.496,81
Dividendos	0,00	0,00
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</i>	<i>-2.068,31</i>	<i>-9.496,81</i>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-12.851,86	540.621,51
Efeito das diferenças de câmbio		0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	818.490,24	277.868,73
Caixa e seus equivalentes no fim do período	805.638,38	818.490,24

A Direcção


O Responsável


9. Dec 13364


 Ana Cristina Silva

21



Fundação Aurélio Amaro Diniz

FUNDAÇÃO DE AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
31 de dezembro de 2015

1 Identificação da Entidade

A “FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Fundação” com estatutos publicados no Diário da República n.º 212, Série III, de 2 de agosto de 1984, com sede em Rua António Mendes Monteiro - Quinta da Comenda - 3400-083 Oliveira do Hospital, dando expressão organizada no dever de solidariedade e de justiça entre indivíduos mediante a concessão de bens e prestação de serviços.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins (Sustentabilidade).

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas nas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados pelo Valor Patrimonial Tributário.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Pelo regime de depreciações utilizado anteriormente revelar efetuar uma estimativa de vida útil adequada, mantiveram-se as taxas até aqui utilizadas.

Foi gerada uma menos valia no valor de 2.291,07€ decorrente da alienação de um bem que ainda se encontrava em período de vida útil, decorrente da cessação da exploração do Infantário Casa da Criança Sarah Beirão. Esse valor foi assumido como subsídio pelo proprietário do edifício (Câmara Municipal de Oliveira do Hospital).

Nesta rubrica encontram-se ainda incluídos todos os bens que anteriormente se registavam em “Propriedades de Investimento”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não existem bens do património histórico e cultural.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.4 Investimentos financeiros

A F.A.A.D. é detentora de participações em duas cooperativas, tendo sido o seu registo efetuado pelo valor da aquisição das mesmas. Em ambas foi recebido donativo de terceiros para a aquisição desse capital.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o Custo Médio Ponderado.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Não existem mecanismos negociados de eliminação de riscos financeiros (câmbios, taxas de juro, entre outros).

➤ Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

➤ Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim, retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

➤ Outros ativos e passivos financeiros

Não existem instrumentos financeiros a reconhecer.

➤ Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

➤ Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

Não aplicável.

3.2.8 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9 Financiamentos Obtidos

➤ Empréstimos obtidos

Não existem empréstimos junto de instituições bancárias ao longo de todo o exercício, sendo que os valores presentes como gastos bancários correspondem a comissões de serviços.

➤ Locações

Não existem contratos de locação.

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

A F.A.A.D. encontra-se isenta de IRC conforme despacho dos Ministérios das Finanças e do Trabalho e Solidariedade de 16 de julho de 1998 (Diário da República III Série, nº 227).

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Por sugestão da tutela e parecer do ROC, procedeu-se à imputação de réditos referentes aos edifícios doados na exata proporção da sua amortização. Daqui resulta que os valores apurados até 2014 foram transferidos da conta de capital próprio “doações” para “Resultados Transitados” – 60.281,00€ e a verba de 2015 acresceu aos réditos do ano – 7.143,00€. Também a alteração já referida quanto ao subsídio de refeição, provoca necessidade de ajuste para a comparabilidade entre anos.

À semelhança dos anos anteriores foi efetuada a imputação do IVA a recuperar relativo a 50% do valor do IVA suportado com as despesas relativas a prédios no decorrer do ano 2015. Este valor corresponde a 2.494,03€.

Além deste, foi também efetuada a imputação de 50% do valor do IVA relativo aos bens alimentares e bebidas adquiridas no ano 2015, de acordo com estabelecido no OE para o referido ano. Este montante corresponde a 10.508,63€ e não encontra paralelo em anos anteriores por ser benesse fiscal que iniciou no ano em apreço.

5 Ativos Tangíveis

➤ Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

2014						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1.304.727,63 €	- €	- €	- €	- €	1.304.727,63 €
Edifícios e outras construções	4.690.127,66 €	- €	- €	- €	- €	4.690.127,66 €
Equipamento básico	1.439.191,28 €	16.182,85 €	- 150,00 €	- €	- €	1.455.224,13 €
Equipamento de transporte	207.741,46 €	- €	- €	- €	- €	207.741,46 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	369.636,90 €	22.270,97 €	- €	- €	- €	391.907,87 €
Outros Activos fixos tangíveis	26.469,01 €	734,31 €	- €	- €	- €	27.203,32 €
Investimento em curso	3.837,60 €	3.646,99 €	- €	- €	- €	7.484,59 €
Total	8.041.731,54 €	42.835,12 €	- 150,00 €	- €	- €	8.084.416,66 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	2.387.111,91 €	105.280,99 €	- €	- €	- €	2.492.392,90 €
Equipamento básico	1.351.335,19 €	44.521,53 €	- 150,00 €	- €	- €	1.395.706,72 €
Equipamento de transporte	177.008,07 €	15.366,70 €	- €	- €	- €	192.374,77 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	292.158,74 €	56.289,93 €	- €	- €	- €	348.448,67 €
Outros Activos fixos tangíveis	8.919,74 €	1.992,90 €	- €	- €	- €	10.912,64 €
Total	4.216.533,65 €	223.452,05 €	- 150,00 €	- €	- €	4.439.835,70 €

Ilustração 31 - Ativos Fixos Tangíveis 2014

2015						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1.304.727,63 €	16,61 €	- €	- €	- €	1.304.744,24 €
Edifícios e outras construções	4.690.127,66 €	- €	- €	- €	- €	4.690.127,66 €
Equipamento básico	1.455.224,13 €	17.894,87 €	- 12.724,67 €	- €	- €	1.460.394,33 €
Equipamento de transporte	207.741,46 €	4.000,00 €	- 99,76 €	- €	- €	211.641,70 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	391.907,87 €	9.900,64 €	- 5.159,97 €	- €	- €	396.648,54 €
Outros Activos fixos tangíveis	27.203,32 €	- €	- €	- €	- €	27.203,32 €
Investimentos em Curso	7.484,59 €	10.750,20 €	- €	- €	- €	18.234,79 €
Total	8.084.416,66 €	42.562,32 €	- 17.984,40 €	- €	- €	8.108.994,58 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	2.492.392,90 €	112.541,76 €	- €	- €	- €	2.604.934,66 €
Equipamento básico	1.395.706,72 €	21.560,63 €	- 12.724,67 €	- €	- €	1.404.542,68 €
Equipamento de transporte	192.374,77 €	16.166,69 €	- 99,76 €	- €	- €	208.441,70 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	348.448,67 €	15.016,23 €	- 2.868,90 €	- €	- €	360.596,00 €
Outros Activos fixos tangíveis	10.912,64 €	1.292,90 €	- €	- €	- €	12.205,54 €
Total	4.439.835,70 €	166.578,21 €	- 15.693,33 €	- €	- €	4.590.720,58 €

Ilustração 32 - Ativos Fixos Tangíveis 2014

6 Ativos Intangíveis

➤ Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

2014						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	16.065,28 €	- €	- €	- €	- €	16.065,28 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	16.065,28 €	- €	- €	- €	- €	16.065,28 €
Depreciações acumuladas						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	4.045,85 €	4.045,85 €	- €	- €	- €	8.091,70 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	4.045,85 €	4.045,85 €	- €	- €	- €	8.091,70 €

Ilustração 33 - Ativos Fixos Intangíveis 2014

2015						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	16.065,28 €	1.474,77 €	- €	- €	- €	17.540,05 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	16.065,28 €	1.474,77 €	- €	- €	- €	17.540,05 €
Depreciações acumuladas						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	8.091,70 €	4.537,43 €	- €	- €	- €	12.629,13 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	8.091,70 €	4.537,43 €	- €	- €	- €	12.629,13 €

Ilustração 34 - Ativos Fixos Intangíveis 2015

7 Locações

Não aplicável.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Não se verificaram encargos com empréstimos bancários.

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2014				2015		
	Inventário inicial	Compras	Redassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Redassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	74.931,39 €	1.051.904,54 €	- €	70.776,58 €	1.019.971,95 €	- €	80.250,05 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	74.931,39 €	- €	- €	70.776,58 €	- €	- €	80.250,05 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- €	- €	- €	1.056.059,35 €	- €	- €	1.010.498,48 €
Variações nos inventários da produção	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

Ilustração 35 - Inventários

10 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas	23.877,67 €	29.863,42 €
Prestação de Serviços		
Quotas de Utilizadores, Matriculas e Mensalidades de Utentes	529.386,23 €	550.422,28 €
Promoções para captação de recursos	4.374.361,42 €	4.154.094,41 €
Total	4.927.625,32 €	4.734.380,11 €

Ilustração 36 - Rédito

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

➤ Provisões

Mantém-se a provisão constituída no ano 2013 no valor de 101.684,04€ em virtude de não haver resposta ao recurso hierárquico enviado à Segurança Social por se discordar da necessidade de devolução de verbas a quando da gestão da “Casa Sarah-Beirão” em Travanca de Lagos.

➤ Passivos contingentes

Não se aplica.

➤ Ativos contingentes

Não se aplica.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital	635.425,72 €	603.717,19 €
IEFP - Centro Emprego Arganil	125.202,39 €	115.574,66 €
Autarquias	400,00 €	68.516,34 €
POPH	10.277,81 €	1.822,50 €
Instituto Gestão Fin. Seg. Social	- €	2.457,19 €
Apoios do Governo		
Total	771.305,92 €	792.087,88 €

Ilustração 37 - Subsídios e Apoios do Governo

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não se aplica.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não se aplica.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos manteve-se nos 5, à semelhança dos anos anteriores.

Aguarda-se a publicação dos novos estatutos, pendentes na secretaria-geral da presidência do conselho de ministros, que preconiza um total de 7 elementos no conselho de administração.

O número média de pessoas com vínculo contratual ao serviço da Entidade em 31/12/2014 era de 199 e à mesma data de 2015 passou para 200.

Os gastos que a F.A.A.D. incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais	- €	- €
Remunerações ao pessoal	2.212.790,40 €	1.921.286,95 €
Benefícios Pós-Emprego	- €	32,95 €
Indemnizações	- 993,00 €	- €
Encargos sobre as Remunerações	416.272,81 €	382.857,63 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	14.498,21 €	11.143,96 €
Gastos de Acção Social	1.224,33 €	3.495,00 €
Outros Gastos com o Pessoal	37.986,49 €	38.810,45 €
Total	2.681.779,24 €	2.357.626,94 €

Ilustração 38 - Gastos com Pessoal

O valor negativo de 993,00€ corresponde a indemnização recebida pela F.A.A.D. pelo incumprimento de pré-aviso de despedimento por parte do trabalhador.

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2014 e 2015, foram de 6.000,00€

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2015	2014
Investimentos em subsidiárias	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos em associadas	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos noutras empresas	6.078,20 €	6.078,20 €
Outros investimentos financeiros	- €	- €
Perdas por Imparidade Acumuladas	- €	- €
Total	6.078,20 €	6.078,20 €

Descrição	2015	2014
Cooperativa Rádio Boa Nova	5.000,00 €	5.000,00 €
Caixa Crédito Agrícola de Oliveira do Hospital, CRL	1.078,20 €	1.078,20 €
Total	6.078,20 €	6.078,20 €

Ilustração 39 - Investimentos Financeiros

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Não se aplica.

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2015	2014
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	2.001.139,10 €	1.393.460,80 €
Utentes	- €	- €
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Cientes e Utentes factoring		
Cientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes	2.100,33 €	2.100,33 €
Utentes	- €	- €
Total	1.999.038,77 €	1.391.360,47 €

Ilustração 40 - Cientes e Utentes

17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Remunerações a pagar ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	- €	- €
Devedores por acréscimos de rendimentos	8.282,40 €	16.416,96 €
Outras operações	- €	- €
Outros Devedores	- €	- €
Perdas por Imparidade	- €	- €
Total	8.282,40	16.416,96

Ilustração 41 - Outras Contas a Receber

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3.079,81 €	3.542,99 €
Total	3.079,81 €	3.542,99 €
Rendimentos a Reconhecer		
Total	3.079,81 €	3.542,99 €

Ilustração 42 - Diferimentos

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	1.482,86 €	695,93 €
Depósitos à ordem	51.427,25 €	817.059,02 €
Depósitos a prazo	750.000,00 €	- €
Outros	2.728,27 €	735,29 €
Total	805.638,38 €	818.490,24 €

Ilustração 43 - Caixa e Depósitos Bancários

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1.591.388,23 €	- €	- €	1.591.388,23 €
Excedentes técnicos	- €	- €	- €	- €
Reservas	- €	- €	- €	- €
Resultados transitados	1.917.828,70 €	311.603,42 €	- €	2.229.432,12 €
Excedentes de revalorização	- €	- €	- €	- €
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.120.769,43 €	16,61 €	103.483,74 €	1.017.302,30 €
Total	4.629.986,36 €	311.620,03 €	103.483,74 €	4.838.122,65 €

Ilustração 44 - Fundos Patrimoniais

As variações patrimoniais positivas resultam da transferência do resultado líquido positivo de 2014 para a conta “Resultados Transitados” no valor de 251.322,42€, conforme deliberação da Assembleia Geral da Liga de Amigos de março de 2015. Verificou-se também um acréscimo resultante da imputação do valor correspondente à amortização acumulada até ao ano 2014 referente aos prédios doados (ver

ponto nº 4). Além disto, procedeu-se ao registo de três terrenos com valor patrimonial de 16,61€ que foram doados à F.A.A.D.

Por sua vez, as variações patrimoniais negativas resultam de duas situações: imputação anual de subsídios diversos (PRODER, FEDER-PIDDAC, MASES e Mais Centro) de que a Instituição tem vindo a beneficiar nos últimos anos, no valor de 36.059,74€. Procedeu-se ainda à imputação do valor correspondente às amortizações acumuladas até ao ano 2014 referente aos prédios doados, bem como a imputação correspondente ao valor de amortização do ano 2015.

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	688.242,84 €	608.617,21 €
Fornecedores títulos a pagar	- €	- €
Fornecedores facturas em recepção e conferência	- €	- €
Total	688.242,84 €	608.617,21 €

Ilustração 45 - Fornecedores

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		- €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	13.002,66 €	4.987,32 €
Outros Impostos e Taxas	- €	- €
Total	13.002,66 €	4.987,32 €
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	- €	- €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	- €	- €
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	18.241,63 €	16.229,23 €
Segurança Social	47.032,75 €	45.598,10 €
Outros Impostos e Taxas	198,65 €	142,72 €
Total	65.473,03 €	61.970,05 €

Ilustração 46 - Estado e Outros Entes Públicos

O valor inscrito na rubrica do ativo corresponde ao reembolso do imposto solicitado referente a 50% do valor do IVA relativamente a reparações de imóveis (2.494,03€) e bens alimentares e bebidas (10.508,63€).

Na rubrica do passivo encontram-se inscritos os valores que correspondem aos valores que a F.A.A.D. pagou em janeiro de 2016 ao Estado a título de retenções na fonte de IRS e encargos sociais.

17.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	- €	321.110,52 €	- €	310.726,84 €
Remunerações a pagar	- €	321.110,52 €	- €	310.726,84 €
Cauções	- €	- €	- €	- €
Outras operações	- €	- €	- €	- €
Perdas por imparidade	- €	- €	- €	- €
Fornecedores de Investimentos	- €	- €	- €	- €
Credores por acréscimo de gastos	- €	3.853,32 €	- €	- €
Outros credores	- €	395,96 €	- €	159,49 €
Total	- €	325.359,80 €	- €	310.886,33 €

Ilustração 47 - Outras Contas a Pagar

Nesta rubrica encontram-se evidenciados os montantes a pagar em 2016, mas que respeitam a 2015. Estes valores correspondem a remunerações dos funcionários, penhoras, seguros e IMI.

17.11 Outros Passivos Financeiros

Não se aplica.

17.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	796.305,92 €	789.630,69 €
Subsídios de outras entidades	- €	2.457,19 €
Doações e heranças	21.420,45 €	7.995,52 €
Quotizações Liga Amigos	1.943,00 €	*
Legados	- €	- €
Total	819.669,37 €	800.083,40 €

Ilustração 48 - Subsídios, doações e legados à exploração

* Em 2015 foi criada a conta específica na “classe 75” para evidenciar as quotizações da Liga de Amigos, sendo que no ano 2014 constava da “78”. Para permitir a comparação divulgamos que o valor apurado em 2014 foi de 1.653,00€.

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	139.158,73 €	120.697,43 €
Serviços especializados	1.481.401,19 €	1.415.459,83 €
Materiais	24.548,04 €	37.888,00 €
Energia e fluidos	79.955,94 €	107.996,91 €
Deslocações, estadas e transportes	22.979,13 €	9.785,54 €
Serviços diversos	22.314,52 €	57.375,91 €
Total	1.770.357,55 €	1.749.203,62 €

Ilustração 49 - Fornecimentos e Serviços Externos

17.14 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	52.409,46 €	32.564,41 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.037,24 €	2.527,57 €
Recuperação de dívidas a receber	- €	- €
Outros Ganhos	886,68 €	- €
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	- €	- €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	19.448,80 €	23.729,30 €
Outros rendimentos e ganhos	41.820,77 €	45.100,83 €
Total	116.602,95 €	103.922,11 €

Ilustração 50 - Outros Rendimentos e Ganhos

17.15 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	6.535,75 €	4.809,78 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	- €	- €
Dívidas incobráveis	- €	39.952,93 €
Perdas em inventários	- €	- €
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
Gastos e perdas nos restantes	- €	- €
Gastos e perdas investimentos não financeiros	2.291,07 €	- €
Outros Gastos e Perdas	12.710,72 €	- €
Total	21.537,54 €	44.762,71 €

Ilustração 51 - Outros Gastos e Perdas

17.16 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica "Trabalhos para a Própria Empresa" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Autoconsumos	7.500,78 €	101,76 €
Subsídio Alimentação	177.395,41 €	- €
TOTAL	184.896,19 €	101,76 €

Ilustração 52 - Trabalhos para a Própria Empresa

No período 2015 esta rubrica sofreu um acréscimo considerável relativamente ao ano transato. Isto resulta de duas situações:

- o facto de a quinta ter sido explorada, resultando daqui a produção de produtos hortícolas, frutícolas e azeite, valorizados aos preços de mercado conforme foram consumidos nos serviços de alimentação.
- outro decorrente do já explicado no ponto 4 quanto ao subsídio de refeição.

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros, encargos da atividade bancária e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	- €	- €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	- €	- €
Outros gastos e perdas de financiamento	2.068,31 €	7.046,89 €
Total	2.068,31 €	7.046,89 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	28.494,73 €	13.858,88 €
Dividendos obtidos	- €	- €
Outros Rendimentos similares	- €	- €
Total	28.494,73 €	13.858,88 €
Resultados Financeiros	26.426,42 €	6.811,99 €

Ilustração 53 - Resultados Financeiros

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

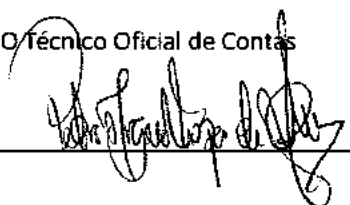
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

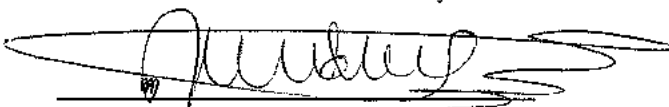
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 07 de março de 2016, de acordo coma ata número 417.

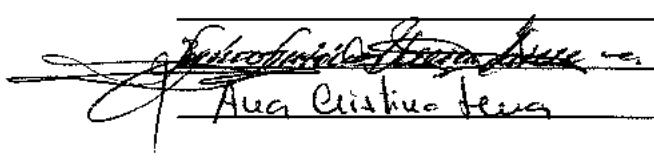
Oliveira do Hospital, 07 de março de 2016

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração





Ana Cristina Sousa

ANEXOS

CERTIFICAÇÃO LEGAS DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Fundação de Aurélio Amaro Diniz-IPSS, as quais compreendem o Balanço em 31/12/2015 (que evidencia um total de 6 438 814,19 euros e um total de fundos patrimoniais de 5 258 054,48 euros, incluindo um resultado líquido de 419 931,83 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação de Aurélio Amaro Diniz-IPSS em 31/12/2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros Requisitos Legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

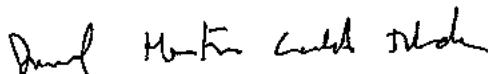
Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chama-se a atenção para as situações seguintes:

9.1 tal como descrito no anexo, a entidade considera que a aplicação das taxas de depreciação constantes na legislação fiscal permite obter uma razoável estimativa para o período de vida útil dos investimentos.

9.2. apesar das várias recomendações anteriores, a entidade não possui um manual de controlo interno.

Oliveira do Hospital, 9 de Março de 2016.



Daniel Martins Geraldo Taborda, ROC 1479

d.

Ata número sessenta e dois

Ata celebrada em dia de terça de maio de dois mil e dezasseis, reunida na sede da Fundação Beneficentíssima D. Luiz, pelas dez e sete horas, o Conselho Fiscal, estando presentes todos os seus membros, tendo a reunião a seguinte ordem de trabalhos a saber: a) revisão do parecer sobre o relatório e contas referidos no ano de dois mil e quinze;

Uma vez que o Conselho Fiscal apenas tomou posse no dia seis de janeiro de ano de dois mil e dezasseis, e de cumprimento das atividades da entidade traduzem-se os resultados em números desde do primeiro

de junho e desde do qual foram feitas contas, apenas se recebeu e se analisou a informação solicitada e que foi sempre prontamente disponibilizada. O Conselho Fiscal analisou o relatório de gestão e os contas da execução financeira desde o primeiro de janeiro de ano de dois mil e quinze, que compreendem o Balanço, a Demonstração do resultado por rubricas, a Demonstração do fluxo de caixa e o Anexo, tendo sido emitida a certificação legal das contas pelo Conselho Fiscal de Contas da instituição e também parecer do Conselho Fiscal, Daniel de Brito e o Sr. Teodoro.

Além disso se expôs, o Conselho Fiscal deliberou, por unanimidade, emitir parecer aos membros de que (a) deverá ser aprovado o Relatório de gestão do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração do resultado por rubricas, a Demonstração do fluxo de caixa e o Anexo; (b) deve ser aprovada a proposta de aplicação do resultado apresentado pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal entende unanimemente dever expressar o seu agradecimento aos serviços da Fundação Beneficentíssima D. Luiz por toda a colaboração prestada.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada por unanimidade, em seu devido lugar, pelos presentes.

José de Aguiar Figueira
 Nelson Miguel Faria Figueira Santos
 Daniel de Brito e o Sr. Teodoro

CONVOCATÓRIA PARA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS



Fundação Aurélio Amaro Diniz

Convocatória:

Nos termos do artigo 32º dos estatutos da *Fundação de Aurélio Amaro Diniz*, convocam-se os associados da Liga de Amigos para uma Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia

21 de março de 2016, segunda-feira, pelas 20:30,

na sala de reuniões do Lar 3ª Idade, com a seguinte ordem de trabalhos:

- a) Leitura da ata da assembleia anterior;
- b) Votação das contas e relatório do Conselho de Administração do ano transacto, auditadas pelo Revisor Oficial de Contas;
- c) Votação do parecer do Conselho Fiscal sobre os documentos atrás mencionados;
- d) Outros assuntos de interesse para a Instituição;

Se à hora marcada não estiverem presentes a maioria dos seus membros, a Assembleia funcionará 30 minutos depois com qualquer número de associados.

Oliveira do Hospital, 3 de março de 2016

O Presidente da Mesa da Assembleia da Liga de Amigos

(*Dr. Sebastião José de Castro Pina Marques Antunes*)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS

9

Item nº 40

Às vinte e um dias do mês de março da Ana de 1911 e dezasseis, pelas vinte e cinco minutos, reuniu na sala de direção do lar de terceira idade em Assembleia Geral Ordinária a Liga de Amigos da Fundação Américo Amaro Diniz, de acordo com a convocatória datada de três de março do corrente ano, em a seguinte ordem de trabalhos:

- a) leitura da ata da assembleia anterior;
- b) votação das contas e relatório do conselho de administração do ano transato, auditadas pelo Relator oficial de contas;
- c) votação do parecer do Conselho Fiscal sobre os documentos atrás mencionados;
- d) Outros assuntos de interesse para a instituição.

A mesa foi constituída pela totalidade dos seus membros, presidida pelo Senhor Doutor Sebastião José de Castro Pina Marques Antunes, coadjuvada pelo Senhor Manuel José Lobo Sousa Pereira e Secretariada pelo Senhor António Carlos Gonçalves Figueiredo.

Quanto hora marcada não se encontraram reunidos a maioria dos membros, a sessão teve início uma hora mais tarde. Tendo como base a ordem de trabalhos, iniciou-se com a leitura da ata da Assembleia anterior que depois de lida e colocada a votação foi aprovada por unanimidade. Para o esclarecimento da alínea b) da ordem de trabalhos falou a palavra o Senhor Doutor Alvaro Herdade, que fez uma breve explicação do relatório de atividades, ressaltando o facto de na generalidade se ter verificado um incremento da atividade nas diversas áreas de atuação da Fundação Américo Amaro Diniz. Referiu que na área da infância teve um aumento do número de utentes, sendo esta foi expectável após o arranque das instalações do infantário, sendo motivo de agrado o haver percorrido por todas as

respostas sociais ali desenvolvidas na área hospitalar verificou-se um crescimento no número de exames complementares diagnósticos realizados, especialmente nos meses em que se tem feito um maior investimento. Também as Consultas de especialidades tiveram um crescimento considerável, em resultado do aumento do número de prestadores, mas que agora será estacionário por falta de espaço para desenvolver novas áreas de atuação, no que respeita à atividade hospitalar, o Senhor Doutor Álvaro Acedo Rebelo que apesar do número de intervenções cirúrgicas ter sofrido um decréscimo, se verifica um aumento da atividade de internamento em resultado do número de episódios médicos que contrabalançam os cirúrgicos, atingindo no total o valor máximo admissível em termos de faturação à Administração Regional Saúde do Centro. Relativamente à Unidade Local de Saúde refere-se ainda que esta tem sido de especial importância para as comunidades onde são prestados os serviços, pelo que tem contribuído para a melhoria dos cuidados de Saúde de que as populações passaram a dispor. Essa constatação resulta do retorno que essas pessoas cujos seus representantes nas frentes transmittem que as técnicas que aos responsáveis da municipal. Em seguida trouxe a palavra o Senhor Doutor António Nabais para proceder à explicação dos dados contabilísticos. Refereu então o facto de se denotar um aumento nos gastos com pessoal, que resultam essencialmente do facto de se ter procedido a alterações contabilísticas explicadas na anexa, mas também pela integração nas quadras profissionais, especialmente técnicos de Saúde, que tinham prestado serviços em regime de avença, dando assim, o aumento do número de funcionários contratados não se torna muito visível em termos numéricos, uma vez que também teve lugar a algumas saídas por

apresentação e rescisão por iniciativa dos trabalhadores.

No que respeita aos resultados, o senhor Doutor Antonio Nobres referiu que este foi um dos melhores dos últimos anos e que tal se deve, em parte, ao aumento da rentabilidade da actividade hospitalar. Referiu ainda a importância de se conseguir nos próximos anos incrementos de modo acentuado a actividade da instituição, de modo a que se garanta a continuidade da mesma, sem uma dependência quase total das entidades públicas. Aqui tomou a palavra o senhor Doutor Ilídio Herdade que salientou a necessidade de aumentar o numero de utentes de outros subsistemas. No entanto, para que tal se verifique é importante melhorar as condições das instalações, estando hoje muito limitadas na área até que efetivamente se proceda aos investimentos de renovação e ampliação do hospital.

Passou-se então ao ponto e) do ordem de trabalhos, onde foi lida a acta numero sessenta e dois do Conselho Fiscal, de onde consta a parecer favorável à aprovação do relatório de gestão e peças contabilísticas, assim como a transcrição do resultado positivo para a conta de resultados transitados. Colocadas à votação, foram aprovadas por unanimidade as alíneas e) e d), incluindo a aplicação de resultados chegados à alínea d) e assim ao longo da desembleria tendo lugar um dialogo que permitiu referir alguns aspectos do interesse dos presentes, incluindo o ponto de situação da alienação do património em Lisboa e a aprovação dos novos estatutos, não houve mais ninguém que tomasse a palavra pelo que o senhor Doutor Sebastião Antunes deu a sessão por encerrada pelas vinte e duas horas e quinze minutos, da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida será assinada pelos membros

António Carlos Fernandes Figueiredo
António Carlos Fernandes Figueiredo

Luís Antunes
16

